

## Colonialismo vs. Descolonização: A questão colonial na Coleção *Folhetos Políticos* de José Neves Águas (1951-1985)

### Colonialism vs. decolonisation: The colonial question in José Neves Águas's *Political Pamphlets* Collection (1951–1985)

Maria Clara Anacleto  
Raquel Ascensão

#### RESUMO

A partir da Coleção *Folhetos Políticos*, do Fundo José Neves Águas, à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa apresenta-se uma seleção de documentos datados entre as décadas de 1950 e 1980 que incidem sobre a questão colonial. Estes documentos permitem observar a intensificação da oposição à política colonial do Estado Novo e as suas repercussões na propaganda oficial do regime. O *corpus* abrange ainda o período revolucionário subsequente, marcado pelo processo de transição democrática e pela rutura do sistema colonial português, bem como os ecos da descolonização que permanecem no regime democrático.

#### PALAVRAS-CHAVE

Folhetos políticos; Panfletos políticos; Propaganda política; Colonialismo; Descolonização

#### ABSTRACT

From the Collection *Folhetos Políticos* (Political Pamphlets), of José Neves Águas Fonds, under the custody of the Lisbon Municipal Archives a selection of documents dated between the 1950s and the 1980s that address the colonial question is presented. These documents allow us to observe the intensification of opposition to the colonial policy of the Estado Novo and the repercussions of this opposition on the regime's official propaganda. The *corpus* also covers the subsequent revolutionary period, marked by the process of democratic transition and by the rupture of the Portuguese colonial system, with the echoes of the decolonization remaining in the democratic regime.

#### KEYWORDS

Political leaflets; Political pamphlets; Political propaganda; Colonialism; Decolonization

## INTRODUÇÃO

A Coleção *Folhetos Políticos* do Fundo *José Neves Águas*<sup>1</sup> adquirida pelo Arquivo Municipal de Lisboa (AML) no início da década de 1990, composta por 10440 documentos, é notável quer pela sua raridade, quer pelo seu estado de conservação. Abrange quatro décadas da história de Portugal (1949-1990), reportando-se aos acontecimentos ocorridos durante este período. Para além de folhetos, tipologia predominante que dá nome à Coleção, integra outras tipologias formais, como brochuras ou *newsletters*, e diferentes tipologias informacionais de natureza político-partidária como textos de opinião, comunicados, manifestos, propaganda eleitoral, discursos, entrevistas, declarações, entre outras. A autoria plural e abrangente inclui organizações políticas de vários quadrantes, da extrema-esquerda à extrema-direita, organizações sindicais e organizações associativas e cívicas que, por esse meio, difundiam publicamente as suas atividades e posições sobre a atualidade política.

O tratamento documental da Coleção compreendeu a organização de acordo com três critérios: a ordenação cronológica conferida pelo colecionador, a identificação dos autores e assuntos e a digitalização integral, tornando-a deste modo acessível aos investigadores e ao público em geral.

Ao explorar, na Coleção, a temática proposta para este número dos *Cadernos do Arquivo Municipal*, identificaram-se cerca de 150 documentos que constituíram o ponto de partida para esta *Documenta*, resultantes da pesquisa pelos seguintes termos: Colonialismo; Movimento anticolonial; Guerra colonial; Descolonização; Angola; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; Timor-Leste.

Não sendo exaustiva, a *Documenta* apresenta 50 folhetos<sup>2</sup> organizados em dois períodos cronológicos: o primeiro corresponde ao Estado Novo (1951-1974) e o segundo ao período pós-25 de Abril (1974-1985). Para facilitar a consulta, os folhetos foram subdivididos de forma a estabelecer correspondência com a seleção apresentada no final do texto.

## ESTADO NOVO, A COEXISTÊNCIA DE DISCURSOS ANTAGÓNICOS: DOCUMENTOS ENTRE 1951 E 1974

Nos *Folhetos Políticos*, sobretudo a partir da década de 1960, a questão colonial reside no confronto de dois discursos, o do regime, que procura fundamentar a manutenção das colónias, e o das organizações de oposição<sup>3</sup>, como a Oposição Democrática<sup>4</sup>, o Partido Comunista Português (PCP), o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) e grupos de estudantes, que pretendem desconstruir os “mitos sem sentido”<sup>5</sup> da política colonial e adotar progressivamente uma maior firmeza na condenação do colonialismo e da Guerra Colonial.

<sup>1</sup> José Neves Águas (Lisboa, 1920-1991) foi o responsável pela recolha de um conjunto significativo de cartazes e folhetos de propaganda política adquirido pelo Arquivo Municipal de Lisboa. Escritor e colecionador, iniciou a atividade profissional como publicista logo depois de ter terminado o ensino secundário, tendo participado ativamente na vida partidária e sindical. Entre 1959 e 1960, orientou, com João Canena, a página cultural *Rota*, do jornal *República*. Organizou e publicou, em 1962, a obra *Bibliografia*, de Jaime Cortesão. Participou, também, na coleção *Cadernos do tempo presente*. Em 1967, a convite do governo brasileiro, deslocou-se ao Brasil, onde apresentou diversas conferências sobre literatura contemporânea portuguesa. Colaborou com diversos jornais e revistas, como o *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *Planície*, *Correio do Ribatejo* e *Diário de Coimbra*. A maior parte dos seus textos, sobretudo após o 25 de Abril de 1974, incidiu sobre temáticas como a contestação política e os movimentos grevistas.

<sup>2</sup> Para além destes são assinalados, em nota de rodapé, outros documentos com registo na base de dados do Arquivo Municipal de Lisboa.

<sup>3</sup> Salienta-se que a oposição era composta por organizações de vários quadrantes ideológicos com diferentes posicionamentos e propostas de solução para o problema colonial, que passavam pelo federalismo, pela autonomia, pela autodeterminação ou pela independência.

<sup>4</sup> Agregação de grupos de orientação republicano-socialista.

<sup>5</sup> Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Folheto “O problema do Ultramar”. PT/AMLSB/NEV/02/0011/009, p. 3.

## Propaganda do regime: reação à oposição e afirmação do ideal colonial

A propaganda política do Estado Novo integrada na Coleção em análise, de autoria do partido do regime, a União Nacional (UN), e de organizações com ele alinhadas<sup>6</sup>, produzida no âmbito de manifestações de exaltação do regime e de campanhas eleitorais, expressa em traços gerais o ideário colonial que persistia no país nos anos de 1960 e 1970. Portugal recusava acompanhar o processo de descolonização iniciado por outros países europeus no pós-II Guerra Mundial, enveredando ao invés pela continuidade do colonialismo em África, reforçando a presença de colonos nos territórios africanos<sup>7</sup> e promovendo estratégias de propaganda destinadas a legitimar o projeto colonial.

Neste conjunto de folhetos é visível o ideário sobre o qual se edificava a política colonial: a ideia de Império, em que a essência e integridade da pátria residiam no ultramar – “Ultramar essência da Nação”<sup>8</sup>; a ideia de uma nação pluricontinental, una e indivisível – “Portugueses: Afirmar, perante o mundo [...] a unidade e a integridade da Pátria”<sup>9</sup>; e a ideia de que a pátria deveria ser defendida de qualquer ataque, justificando-se por isso o recurso à guerra – “A UN quer a paz no Ultramar: Portugal só se defende de quem o ataca”<sup>10</sup> ou “ao invasor, castigar com destemor ancestral, deter, destroçar! Vencer, escorraçar! E gritar: Angola é nossa!”<sup>11</sup>.

Outra ideia que perpassa nestas mensagens é a da ação civilizadora aliada à superioridade do colonizador: “Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal”<sup>12</sup>, embora esse paradigma tenha sido atenuado a partir dos anos 1950 pela narrativa luso-tropicalista (Rosas, 2015, p. 14), assente na noção de que a colonização portuguesa promovia uma sociedade multirracial e integradora<sup>13</sup>.

No essencial, este conjunto de documentos<sup>14</sup> mostra a reação do regime à oposição interna e externa, esta última assumida pelos países, representados na Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>15</sup>, que pressionavam Portugal a prestar informações sobre os territórios não autónomos sob a sua administração, bem como a promover reformas enquadradas no respeito pelos direitos humanos dos povos colonizados.

## Contestação à política colonial do Governo

As primeiras referências a uma posição contrária à política colonial do regime surgem em dois documentos dos anos 1950. A primeira, em 1951, do Movimento de Unidade Democrática (MUD Juvenil), cuja ação em Moçambique procurava divulgar “os problemas da Juventude Colonial e (...) auxílio à sua luta pela emancipação do jugo colonialista a que a submete o Governo anti-democrático do país”<sup>16</sup>. A segunda, proferida no V Congresso do PCP, em

<sup>6</sup> Tais como a organização de Coimbra (que promoveu uma grande manifestação de apoio à política colonial em 1963), a Renovação Portuguesa, o Movimento Nacional Feminino e a Mocidade Portuguesa.

<sup>7</sup> Ver *Documentos*, Figura 2.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> Ver *Documentos*, Figura 1.

<sup>10</sup> AML, Panfleto “A UN quer a paz no Ultramar: Portugal só se defende de quem o ataca” da União Nacional (UN). PT/AMLSB/NEV/02/0029/026.

<sup>11</sup> AML, Panfleto “Angola é nossa!” do Movimento Nacional Feminino. PT/AMLSB/NEV/02/0029/011.

<sup>12</sup> Ver *Documentos*, Figura 1.

<sup>13</sup> Ver *Documentos*, Figura 2.

<sup>14</sup> Ver: AML, Brochura “A oposição e a Representação do Povo”: discursos dos deputados da Assembleia Nacional em resposta ao “Manifesto à Nação dos Candidatos de Oposição Democrática”. PT/AMLSB/NEV/02/0027/007; AML, Brochura “A Oposição e os seus ecos internacionais”. PT/AMLSB/NEV/02/0027/004; AML, Folheto “O nosso ultramar no manifesto da “Oposição Democrática”. PT/AMLSB/NEV/02/0027/003; AML, Folheto “Os combatentes do Ultramar dizem não à Oposição”. PT/AMLSB/NEV/02/0027/008.

<sup>15</sup> Ver Resolução n.º 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU de 14 de dezembro de 1960.

<sup>16</sup> AML, Juventude: Boletim da Comissão Central do Movimento de Unidade Democrática (MUD) Juvenil, n.º 2 (IV). 1951. PT/AMLSB/NEV/02/0020/015.

1957: «Referindo-se ao problema colonial [...] o problema que se coloca é o do direito da auto-determinação para os povos das colónias portuguesas».<sup>17</sup>

Após um hiato de quatro anos, em 1961, ano proífico em ações de contestação ao Governo e à sua política colonial em particular, surgem, na Coleção, novos registos de oposição: a apresentação do *Programa para a democratização da República*, base da campanha eleitoral da Oposição Democrática<sup>18</sup>; o início da guerra colonial em Angola, na sequência de operações armadas dos movimentos de libertação, com a consequente intensificação da pressão internacional anticolonial; e a derrota militar do Estado Português da Índia<sup>19</sup>. Da série de acontecimentos ocorridos nesse ano que não se esgotam neste enunciado, destacamos ainda a *Operação Vagô*, comandada por Henrique Galvão, uma vez que, realizada na véspera das eleições para a Assembleia Nacional, envolveu o lançamento na zona de Lisboa de milhares de folhetos do *Manifesto da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro* com críticas à fraude eleitoral e à guerra<sup>20</sup>.

O folheto, enquanto meio privilegiado de difusão da mensagem política, era usado pela oposição, sobretudo nos períodos eleitorais (1961, 1965, 1969 e 1973), para denunciar a política repressiva do regime. Com acesso vedado à rádio e à televisão, recorria-se a outros meios, tais como sessões de propaganda, panfletos, publicações legais e outras clandestinas, entre as quais as das associações estudantis ou sindicais, muitas vezes distribuídas à saída dos liceus e universidades ou mesmo em plena rua (Lemos, 2016, p. 408).

A Coleção integra documentos produzidos pela Oposição Democrática e pelo PCP<sup>21</sup>, cujas posições têm sido amplamente desenvolvidas em bibliografia especializada sobre o tema. Nesta última, sobressai a ideia de que, durante os anos 1960, a Oposição Democrática condenava de forma clara a política colonial do Estado Novo, mas não seria tão evidente a condenação do colonialismo em si. Como refere Miguel Cardina, a corrente republicana não era abertamente anticolonial, antes defendia a ideia de um Portugal pluricontinental e a democratização do Ultramar, mas num quadro de manutenção da relação com a metrópole (2023, p. 106). Do mesmo modo, Fernando Rosas (2015, p. 17) refere que a Acção Socialista Portuguesa (ASP)<sup>22</sup> só assumiu o direito dos povos das colónias à autodeterminação e à independência, sem ambiguidades, em 1973. Quanto ao PCP, considera-se (Cardina, 2010, p. 215) ter sido a primeira força política a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência dos povos colonizados, em 1957, de que é exemplo um artigo do *Avante!*<sup>23</sup>. Este partido influenciou várias organizações independentistas africanas, através, por exemplo, da Casa dos Estudantes do Império, onde foi criada uma delegação do MUD Juvenil (Isabel Gorjão Santos *apud* Pires, 2022, p. 101) ou do Comité de Coordenação de Lisboa do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) (Pires, 2022, p. 101).

Numa brochura desta Coleção, que transcreve uma entrevista realizada pela Rádio Portugal Livre a Álvaro Cunhal, em 1972, este critica as supostas políticas progressistas do marcelismo, sendo possível identificar as posições do PCP sobre a questão colonial, nomeadamente a despesa com a guerra colonial vista como um travão ao desen-

<sup>17</sup> AML, *Avante!*: Órgão Central do Partido Comunista Português, ano 26, série VI, n.º 242. PT/AMLSB/NEV/02/0019/002, p. 2.

<sup>18</sup> Ver *Documentos*, Figura 5.

<sup>19</sup> A situação de Goa é abordada nos seguintes folhetos: AML, Panfleto “Portugueses! Dia 13, às 16 horas na praça Marquês de Pombal”. PT/AMLSB/NEV/02/0029/009; Brochura com os discursos dos deputados da Assembleia Nacional em resposta à posição da Oposição Democrática: “A Oposição e a Representação do Povo”. PT/AMLSB/NEV/02/0027/007; Circular da editora Mundo Novo “A Inglaterra e os trabalhistas são inimigos de Portugal: na sua cumplicidade, prova-se que são tão ladrões como a União Indiana”. PT/AMLSB/NEV/02/0027/011.

<sup>20</sup> Ver *Documentos*, Figura 6.

<sup>21</sup> Como por exemplo: *Jornal Avante!*, ano 26, série VI, n.º 242. 1957-10. PT/AMLSB/NEV/02/0019/002; *Jornal Avante!*, ano 43, série VI, n.º 454. 1973-06. PT/AMLSB/NEV/02/0019/006; *Jornal Avante!*, ano 43, série VI, n.º 456. 1973-08. PT/AMLSB/NEV/02/0019/005; *Jornal Avante!*, ano 43, série VI, n.º 457. 1973-09. PT/AMLSB/NEV/02/0019/004; Brochura “Encontro da Rádio Portugal Livre com Álvaro Cunhal”. 1972-01. PT/AMLSB/NEV/02/0014/002.

<sup>22</sup> Organização herdeira dos movimentos de resistência republicana e socialista, fundada por Mário Soares em 1964, que estará na origem do Partido Socialista (PS).

<sup>23</sup> AML, *Jornal Avante!*, ano 26, série VI, n.º 242, 1957-10. PT/AMLSB/NEV/02/0019/002, p. 2.

volvimento económico; a guerra entendida como um empreendimento criminoso contra os povos africanos e contra o povo português, em particular contra a juventude “forçada a matar e a morrer, em defesa dos sórdidos interesses dos traficantes de escravos do nosso tempo”<sup>24</sup>. Afirma ainda a solidariedade ativa dos comunistas para com os povos em luta.

### O ativismo estudantil: “Guerra do povo à Guerra Colonial”

A partir de 1971, ganha força a ação das organizações da extrema-esquerda marxista e maoísta, com forte presença no meio estudantil, que condenavam o colonialismo de uma forma incisiva ou radical (Cardina, 2010; Rosas, 2015). As duas dezenas de folhetos publicados por grupos de estudantes do ensino liceal<sup>25</sup> e universitário<sup>26</sup>, à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, são disso evidência. Denunciavam a repressão do regime e contestavam a Guerra Colonial, sendo natural que assim fosse, uma vez que esta tinha implicações concretas na vida destes jovens, alvos de incorporação forçada no exército<sup>27</sup>. Os estudantes, através das associações académicas, tinham acesso aos meios técnicos de impressão de folhetos – o mesmo equipamento técnico com que produziam sebetas – usando-os para imprimir comunicados que veiculavam posições contrárias às preconizadas no discurso oficial (Pereira, 2013, pp. 39-40).

Para além dos folhetos do movimento estudantil, sem filiação partidária identificada, a Coleção apresenta um número significativo de folhetos e imprensa<sup>28</sup> dos comités ligados ao MRPP<sup>29</sup>, onde militavam muitos estudantes universitários.

Cardina (2010) refere que os grupos marxistas-leninistas colocavam a guerra no topo da sua agenda reivindicativa, e que o MRPP terá sido o grupo que maior visibilidade alcançou no campo do ativismo anticolonial. Era um ativismo com contornos de confrontação, que consistia na distribuição de folhetos em pleno dia, no apedrejamento de instituições bancárias ou na organização de manifestações<sup>30</sup> realizadas com regularidade a partir de 1971, e duramente reprimidas (Rosas, 2015, p. 24). De facto, nos folhetos destes grupos identifica-se o tom destemido e de desafio revolucionário da sua mensagem anticolonial e anticapitalista: “Guerra do povo à Guerra Colonial”, “Viremos as armas contra a burguesia!”<sup>31</sup>, “Revoltemo-nos contra as incorporações”<sup>32</sup>, “Em frente pela unidade; Mobilização e organização das amplas massas: Todas as incorporações são forçadas!”<sup>33</sup>.

<sup>24</sup> AML, Brochura “Encontro da Rádio Portugal Livre com Álvaro Cunhal”. PT/AMLSB/NEV/02/0014/002.

<sup>25</sup> AML, Comunicado de estudantes do ensino secundário. PT/AMLSB/NEV/02/0015/007; Ver *Documentos*, Figura 15.

<sup>26</sup> AML, Artigo “Balanço de um ano de dura repressão”, publicado no Binómio-Boletim da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico. PT/AMLSB/NEV/02/0006/004; AML, Comunicado de um grupo de estudantes “Contra a repressão fascista! Contra as incorporações compulsivas no exército colonial!”. PT/AMLSB/NEV/02/0016/001; AML, Comunicado de um grupo de estudantes “Em frente pela mobilização e organização das amplas massas! Regresso à escola dos estudantes incorporados!”. PT/AMLSB/NEV/02/0016/002; AML, Comunicado de um grupo de estudantes “Em frente pela unidade; Mobilização e organização das amplas massas. Todas as incorporações são forçadas!”. PT/AMLSB/NEV/02/0016/031.

<sup>27</sup> Ver *Documentos*, Figura 17.

<sup>28</sup> *Luta Popular; 12 de Outubro; O Anti-Colonialista*.

<sup>29</sup> Comités de Luta Anti-colonial (CLAC); Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC); Resistência Popular Anti-Colonial (RPAC); Comités Ribeiro Santos; Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas (FEML).

<sup>30</sup> Ver *Documentos*, Figura 18; ver também Comunicado do MRPP a convocar manifestação. PT/AMLSB/NEV/02/0014/003; AML, Panfleto a divulgar “Manifestação: Contra a guerra colonial, Contra a carestia da vida, Contra a burla eleitoral, Pela amnistia”. PT/AMLSB/NEV/02/0022/040; AML, Folheto dos Comités Ribeiro Santos “Guerra do povo à guerra colonial”. PT/AMLSB/NEV/02/0016/022; AML, Folheto do Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC) “4 de fevereiro: Jornada de solidariedade activa e militante com a luta do povo angolano!”. PT/AMLSB/NEV/02/0016/005.

<sup>31</sup> Ver *Documentos*, Figura 17.

<sup>32</sup> AML, Comunicado dos Comités Ribeiro Santos “Os estudantes ao lado do povo e sob a direcção da classe operária! Revoltemo-nos contra as incorporações”. PT/AMLSB/NEV/02/0016/028.

<sup>33</sup> AML, Comunicado de um grupo de estudantes “Em frente pela unidade; Mobilização e organização das amplas massas. Todas as incorporações são forçadas!”. PT/AMLSB/NEV/02/0016/031.

Em diversos folhetos, a luta contra o colonialismo, o imperialismo internacional, o capitalismo e a guerra é claramente visível, sendo apresentada não como um conflito entre o povo português e os povos dos territórios colonizados, mas como uma guerra promovida por um governo fascista. Através deles, defendia-se a autodeterminação, a separação e a completa independência política, económica e cultural dos povos colonizados. Afirmava-se também a solidariedade com as lutas de libertação dos “povos irmãos” e “heroicos” das colónias, denunciando a exploração dos trabalhadores e das riquezas das colónias pela “burguesia colonialista” que, “para manter a guerra assassina precisa[va] de explorar e oprimir, cada vez mais intensamente, o povo português [...], necessitando de carne para canhão com que manter as suas guerras coloniais de destruição, rapina e genocídio”<sup>34</sup>.

## O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E A DEMOCRACIA: DOCUMENTOS ENTRE 1974 E 1985

O fim da guerra colonial e a descolonização, objetivos inscritos no programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), passaram a fazer parte dos programas dos partidos emergentes no pós-25 de Abril de 1974. No entanto, nos primeiros tempos persistiram as divergências quanto ao modelo de descolonização a seguir. De um lado, a via federalista<sup>35</sup>, defendida pelo general António de Spínola, então à frente da Junta de Salvação Nacional (JSN), que propunha uma descolonização lenta; do outro, a estratégia de descolonização imediata e sem reservas, defendida pela Comissão Coordenadora do MFA, que reunia apoio político interno e externo, e que acabou por avançar, gerando um processo acelerado de descolonização.

### A exigência do fim da Guerra no pós-Revolução: “Nem mais um soldado para as colónias”

As organizações anticoloniais estudantis, o MRPP, as Comissões de Bases Socialistas – grupo com origem no Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) –, o Movimento de Esquerda Socialista (MES) ou a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP) defendem, desde a primeira hora, o fim imediato da Guerra<sup>36</sup>. Na Coleção, encontramos folhetos de protesto contra o envio de soldados, até 27 de julho de 1974, data do reconhecimento oficial do direito à independência das colónias. O impasse no término do conflito armado ficou a dever-se à indefinição gerada por Spínola, ao declarar, a 26 de abril, a intenção de assegurar a sobrevivência de Portugal no seu “todo pluricontinental”<sup>37</sup>, condicionando desse modo o fim da guerra e os processos de descolonização dependentes da autodeterminação e independência exigidas pelos movimentos de libertação para o cessar-fogo.

As forças da esquerda, a par de exigirem o fim da guerra e da demonstração da “solidariedade ativa e militante” para com os movimentos de libertação – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), PAIGC e Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) – recusavam a participação das organizações políticas ligadas ao “imperialismo americano” na negociação da transferência de poder. Criticavam o governo por não conceder a “independência imediata das colónias”, assim como a solução federalista de Spínola por prefigurar uma forma de “neocolonialismo”<sup>38</sup>. Sobre esta fase, identifica-se, num folheto do PCP, a referência a crimes de guerra como forma de pressão da opinião pública<sup>39</sup>.

<sup>34</sup> Ver *Documentos*, Figura 14.

<sup>35</sup> Identificam-se dois exemplos da adesão à tese federalista: a ligação a Portugal defendida por um grupo de cabo-verdianos (Figura 28) e em Timor pela União Democrática de Timorese (UDT).

<sup>36</sup> Ver *Documentos*, Figuras 19, 20, 21 e 22.

<sup>37</sup> Disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-primeiro-comunicado-da-junta-de-salvacao-nacional/>.

<sup>38</sup> Ver *Documentos*, Figura 25.

<sup>39</sup> Ver *Documentos*, Figura 23.

## A voz dos movimentos de libertação em Lisboa

Para além das publicações dos partidos portugueses, a Coleção contém folhetos de grupos ligados aos movimentos de libertação e de africanos residentes em Lisboa que, nos meses a seguir à Revolução, promovem a defesa das independências e a recusa de soluções colonialistas ou formas de neocolonialismo<sup>40</sup>.

Os folhetos das formações políticas cabo-verdianas evidenciam o contraponto de duas soluções de descolonização: a da independência total de Cabo-Verde, defendida pelo PAIGC, expressa nos folhetos do Grupo de Ação Democrática de Cabo Verde e Guiné (GADCG)<sup>41</sup>, nos dos simpatizantes do PAIGC<sup>42</sup> e nos da Juventude Africana Amílcar Cabral (PAIGC)<sup>43</sup>; e uma outra via, defendida por um grupo de cabo-verdianos que se declarava a favor da independência, mas mantendo a ligação a Portugal por federação ou comunidade, opondo-se a uma eventual ligação à Guiné, como, inicialmente, defendia a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPICV)<sup>44</sup>. Na opinião deste grupo, a primeira solução seria uma ideia veiculada por estudantes “ativos e barulhentos” que não expressava a vontade da maioria dos cabo-verdianos<sup>45</sup>.

Dos folhetos redigidos por moçambicanos residentes em Lisboa<sup>46</sup> e simpatizantes da FRELIMO, é reforçada a ideia de Samora Machel: “A independência não se negocia. O que pode ser negociado são os mecanismos para essa independência”<sup>47</sup>.

## O fim da guerra, independências e descolonização

O reconhecimento oficial do direito à independência das colónias portuguesas, comunicado ao país pelo Presidente da República António de Spínola, em 27 de julho de 1974, abriu caminho às negociações de cessar-fogo e às condições para a autodeterminação daqueles territórios. O momento foi saudado pelos partidos políticos portugueses<sup>48</sup>, tendo, contudo, iniciado um período de tensões políticas. Numa nota da Comissão Política do Comité Central do PCP alertava-se que, dias depois da formação do II Governo Provisório e da referida declaração, teve início uma “frenética campanha reacionária e anticomunista” por parte de organizações fascistas clandestinas<sup>49</sup>. Exemplo dessa “reação” é o comunicado<sup>50</sup>, de autor não identificado, que classifica o reconhecimento da independência das colónias como “luto nacional”. Numa outra dimensão política, os episódios que envolveram as

---

<sup>40</sup> AML, Comunicado dos estudantes da Casa dos Estudantes da Colónias sobre a situação política. PT/AMLSB/NEV/02/0031/022, p. 4.

<sup>41</sup> Ver *Documentos*, Figura 30; AML, Panfleto do GADCG: “3 de agosto, dia de solidariedade mundial com a luta do PAIGC, Unidade Guiné - Cabo-Verde”. PT/AMLSB/NEV/02/0034/002.

<sup>42</sup> Ver *Documentos*, Figura 27.

<sup>43</sup> Ver *Documentos*, Figura 29.

<sup>44</sup> Sobre a questão da unidade Guiné-Cabo-Verde defendida pelo PAIGC e o aproveitamento político que a oposição (UDC e UPICV) fez na sua propaganda contra este partido e ainda sobre a pretensão do PAIGC referendar a unidade dos dois territórios após a independência, ver (Pires, 2022, pp. 294-295 e 335).

<sup>45</sup> Ver *Documentos*, Figura 28.

<sup>46</sup> Ver *Documentos*, Figura 26.

<sup>47</sup> AML, Folheto assinado por moçambicanos simpatizantes da FRELIMO: “Viva o 25 de junho, viva o 12.º aniversário da FRELIMO”. PT/AMLSB/NEV/02/0032/039.

<sup>48</sup> Ver *Documentos*, Figura 31.

<sup>49</sup> AML, Nota da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português sobre manobras da reacção. PT/AMLSB/NEV/02/0034/001.

<sup>50</sup> AML, Folheto “Ao Povo e à Nação” de autor não identificado. PT/AMLSB/NEV/02/0033/057.

iniciativas da Casa de Angola, organização alinhada com o MPLA, situam-se igualmente num contexto de tensão e confronto<sup>51</sup>.

Em 10 de setembro de 1974, Portugal reconhecia formalmente a independência da Guiné-Bissau que já havia sido proclamada unilateralmente pelo PAICG em 24 de setembro de 1973 e reconhecida por muitos países da ONU. A 25 de junho de 1975, foi proclamada a independência de Moçambique, a 5 de julho a de Cabo Verde<sup>52</sup>, a 12 julho a de São Tomé e Príncipe, e no dia 11 de novembro a de Angola<sup>53</sup>.

Os documentos a respeito de Angola não refletem regozijo, em parte pela ameaça de guerra civil. O PCP e o PS divulgam as suas posições sobre o conflito angolano e o êxodo dos portugueses, este último tido como um problema nacional para o PS<sup>54</sup>. Para além do PS e do PCP, outros partidos como a Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), a Frente Socialista Popular (FSP), o Movimento de Esquerda Socialista (MES), o Movimento Democrático Português (MDP) e a Liga Comunista Internacionalista (LCI) manifestam apoio ao MPLA<sup>55</sup>. Sobre o processo de descolonização de Angola, destaca-se ainda o comunicado da Juventude Unida Revolucionária de Angola (JURA)<sup>56</sup> de agosto de 1975, que apresenta a perspetiva da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) sobre os acontecimentos nas vésperas da guerra civil.

### Os “portugueses regressados”, “refugiados”, “retornados”, “imigrantes” ou “desalojados das ex-colónias”

Os documentos publicados por grupos de migrantes pós-coloniais<sup>57</sup> são testemunho de tentativas de ação coletiva em consonância com o espírito contestatário da época e expressam uma certa dificuldade de mobilização: “abandona o comodismo [...] tudo isto por causa do teu individualismo e falta de união [...] refugiado, retornado, ou aquilo que te chamam, acorda”<sup>58</sup>. O primeiro destes documentos existentes na Coleção é datado de outubro de 1975 e o último de junho de 1978.

Sobre a ação reivindicativa dos “retornados”, Elsa Peralta refere que esta assumiu a forma de protestos e a constituição de associações de defesa dos seus interesses. A autora afirma que em poucos anos o fenómeno desapareceu do espaço político e “a desinstitucionalização da categoria de retornado por parte do Estado, com a extinção do IARN [Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais], parece assim ter corrido a par com a ‘descomunitarização’ desta população” (Peralta, 2019, p. 323). O problema da integração da população repatriada é abordado nos folhetos dos partidos portugueses, que registam iniciativas então criadas: um organismo do PCP de apoio aos retor-

<sup>51</sup> AML, Comunicado da Casa de Angola “À população: A proibição do filme Sambizanga”. PT/AMLSB/NEV/02/0023/020; AML, Comunicado da Casa de Angola: “A proibição do comício sobre a libertação nacional de Angola”. PT/AMLSB/NEV/02/0034/009; AML, Folheto do Partido Revolucionário do Proletariado Brigadas Revolucionárias: “O primeiro morto que o novo regime fez em Lisboa”. PT/AMLSB/NEV/02/0034/011; AML, Folheto do Comité de Luta Contra a Repressão: “Morte ao fascismo! Abaixo a nova PIDE!”. PT/AMLSB/NEV/02/0034/013; AML, Folheto da Liga Comunista Internacionalista: “Abaixo a repressão assassina! Não às manobras neo-colonialistas! Independência imediata para as colónias!”. PT/AMLSB/NEV/02/0034/015.

<sup>52</sup> AML, Folheto do GADCG “Cabo Verde. Festa da independência”. PT/AMLSB/NEV/02/0041/022.

<sup>53</sup> AML, Declaração do MDP/CDE sobre Angola. PT/AMLSB/NEV/02/0045/014.

<sup>54</sup> AML, Nota da Comissão Política do PCP sobre a situação em Angola. PT/AMLSB/NEV/02/0039/027; AML, Comunicado do Secretariado do PS sobre a situação em Angola. PT/AMLSB/NEV/02/0040/024.

<sup>55</sup> AML, Folheto assinado pela LUAR, FSP, MES, MDP/CDE, LCI, PCP apelando à participação na manifestação de apoio ao MPLA e à luta do povo angolano. PT/AMLSB/NEV/02/0040/005; AML, Convocatória conjunta (ASJ, FSP, MDP/CDE, MES, LCI, LUAR e UEC) para manifestação de solidariedade com a luta do povo angolano e o MPLA. PT/AMLSB/NEV/02/0040/025; AML, Folheto de divulgação da semana de solidariedade com a luta do povo angolano e o MPLA promovida por organizações estudantis da ASJ (Aliança Socialista da Juventude), FSP, LCI, LUAR, MDP/CDE, MES e UEC. PT/AMLSB/NEV/02/0040/054.

<sup>56</sup> Ver *Documentos*, Figura 35.

<sup>57</sup> Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar; Comissão para a resolução imediata da situação dos refugiados; Inter-Organizações de Refugiados e Emigrantes.

<sup>58</sup> Ver *Documentos*, Figura 39.

gados<sup>59</sup>, uma iniciativa do MRPP orientada ao “retornado” pobre<sup>60</sup>; um posto de ajuda no aeroporto de Lisboa por parte do Centro Democrático Social (CDS);<sup>61</sup> e a provável ligação do PS ao Movimento de Apoio aos Refugiados, que se deduz por este apelar à participação na manifestação de apoio ao VI Governo<sup>62</sup>. O problema será ainda tema da campanha eleitoral do PCP e do PS nas eleições legislativas de 1976<sup>63</sup>, 1979 e 1980<sup>64</sup>.

## O caso de Timor-Leste

Sobre o processo de descolonização de Timor-Leste, identificaram-se perto de trinta folhetos relativos a dois momentos distintos, situando-se o primeiro em 1975, nos meses da transição para a independência e invasão da Indonésia (7 de dezembro de 1975) e o segundo, entre 1978 e 1985<sup>65</sup>, num contexto pós-colonial e ocupação indonésia efetiva. Os folhetos de 1975 são da responsabilidade da Casa dos Timores<sup>66</sup>, organizações de esquerda simpatizantes da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), onde se incluem estudantes da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) e o Comité de Apoio à Luta do Povo de Timor, provavelmente ligados ao MRPP. Sobre esta relação refere-se que em Timor, à data da Revolução de Abril, não existia um movimento nacionalista nem contactos internacionais ou articulação com partidos portugueses, excetuando as relações de alguns estudantes da Casa dos Timores com o Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC) (ligado ao MRPP<sup>67</sup>), este com algum eco na opinião pública, mas pouco impacto institucional (Feijó, 2022, p. 40; Paredes & Magnus, 2024, p. 10).

O conteúdo dos folhetos de 1975 sublinha a denúncia contra as “manobras do imperialismo” que comprometiam a independência de Timor, o que de facto se veio a verificar, sendo que esse imperialismo dizia respeito à influência exercida pelos EUA sobre a Indonésia.

Os folhetos publicados entre 1978 e 1985 são igualmente da autoria de organizações de esquerda apoiantes da luta de resistência da FRETILIN: do Comité 28 de Novembro/FRETILIN, constituído por timorenses em Portugal; do Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC)<sup>68</sup>; da Associação de Amizade Portugal – Timor-Leste<sup>69</sup>; e a Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM).

Este conjunto documental enquadra-se no que José Manuel Pureza considera ser o primeiro movimento de solidariedade não-governamental com Timor-Leste, situado entre os anos após a invasão da Indonésia e o final da década de 1980. O autor refere que o movimento se caracterizava pela “fragilidade, confrontado que estava com a indiferença dos governos e dos políticos e reduzido a alguns comités locais” (Pureza, 2001, p. 16). Salienta ainda

<sup>59</sup> AML, Panfleto do Organismo dos Retornados do PCP “Retornado”. PT/AMLSB/NEV/02/0051/031.

<sup>60</sup> AML, Folheto da FEML de divulgação da jornada de apoio à luta dos retornados pobres, PT/AMLSB/NEV/02/0052/029.

<sup>61</sup> AML, “Folha CDS” n.º 89. PT/AMLSB/NEV/02/0064/003.

<sup>62</sup> AML, Convocatória do Movimento de Apoio aos Refugiados para a manifestação de apoio ao VI Governo. PT/AMLSB/NEV/02/0045/093.

<sup>63</sup> Ver *Documentos*, Figura 42.

<sup>64</sup> AML, Folheto do Organismo dos Desalojados da DORL do PCP. PT/AMLSB/NEV/02/0103/004; AML, Folheto da Comissão Dinamizadora dos Desalojados do Ultramar justificando o apoio à Aliança Democrática. PT/AMLSB/NEV/02/0105/035; Folheto da Comissão Unitária Eleitoral constituída por cidadãos regressados das ex-colónias de apoio à APU. PT/AMLSB/NEV/02/0105/075.

<sup>65</sup> O tratamento documental da Coleção encontra-se em curso e, assim sendo, é possível que surjam outros folhetos sobre este tema.

<sup>66</sup> A Casa de Timor de Lisboa, criada em janeiro de 1974 por um grupo de timorenses residentes em Portugal, teve origem na Casa dos Estudantes do Império. Depois de 25 de Abril mudou a sua designação para Casa dos Timores.

<sup>67</sup> Ver *Documentos*, Figura 45.

<sup>68</sup> O CIDAC é atualmente designado Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral.

<sup>69</sup> Associação fundada em 17 de dezembro de 1978 para promover o “apoio militante” à FRETILIN e à República Democrática de Timor-Leste. Ver “UDP Informação”, n.º 30. PT/AMLSB/NEV/02/0083/038.

a importância crucial que o movimento de solidariedade português teve na “intermediação entre a resistência no território e o exterior” impedindo “o governo português de aceitar qualquer tipo de acordo com as autoridades indonésias e de se demitir das suas responsabilidades enquanto potência administrante” (Pureza, 2001, p. 17).

Deste conjunto de 1978-1985, assinala-se ainda: um protesto contra a venda de material de guerra à Indonésia pelo Reino Unido; a denúncia de tortura, a fome e o genocídio do povo timorense perante a indiferença do resto do mundo, as críticas à atuação “amorfa” da diplomacia e dos governos portugueses; e a tentativa de alertar a opinião pública para a causa de forma a mantê-la na agenda da ONU<sup>70</sup>.

### Os ecos da descolonização no período democrático

Nos últimos anos da década de 1970, concretizada a descolonização, a questão colonial sai da ordem do dia e entra no domínio da memória recente. Ecos do colonialismo e da descolonização subsistem em textos como “O retornado tem o direito a ser indemnizado”<sup>71</sup>, onde se defende o pagamento de indemnizações pela perda de “propriedade legítima”, ou em folhetos de organizações de direita<sup>72</sup> e extrema-direita<sup>73</sup>. Estes últimos são reveladores do inconformismo perante o que consideravam ter sido um “processo de fria amputação da Pátria e da sua História” que não defendeu ou salvaguardou os “interesses” da “Nação”. A este propósito, o comunicado da União Democrática Popular (UDP) denuncia a intervenção política dos partidos de extrema-direita (Partido da Democracia Cristã e Movimento Independente para a Reconstrução Nacional) na campanha eleitoral de 1979, classificando-a de “descarada propaganda nazi e colonialista”<sup>74</sup>, exigindo a ilegalização desses partidos.

No contexto pós-colonial para além da situação dramática de Timor-Leste, questão documentada na Coleção até finais da década de 1980, encontram-se ainda referências pontuais à situação política em Angola, nomeadamente a guerra civil<sup>75</sup> ou dissidências no seio do MPLA<sup>76</sup>.

Em suma, acompanhar a discussão colonial através de folhetos publicados e distribuídos pelas mais variadas organizações políticas ao longo destes anos, permite-nos constatar a pluralidade de discursos a favor e contra o sistema colonial nas últimas décadas do Estado Novo, as *nuances* e divisões que viriam a ser transpostas para o contexto revolucionário, contribuindo para o impasse no avanço da descolonização, e depois, no tempo pós-colonial, a permanência de um inconformismo com o fim do império expressa por partidários do sistema colonial.

<sup>70</sup> Ver *Documentos*, Figura 50; AML, Folheto do Comité 28 de Novembro, Associação de Amizade Portugal Timor-Leste e do CIDAC: “Em Timor morresse”. PT/AMLSB/NEV/02/0094/120; AML, Folheto da CDPM: A questão de Timor-Leste na revisão constitucional. PT/AMLSB/NEV/02/0126/037; AML, Folheto da CDPM: “23 de março de 1983, 23 de março de 1985”. PT/AMLSB/NEV/02/0159/044; AML, Folheto da CDPM: Justiça para Timor-Leste. PT/AMLSB/NEV/02/0130/001.

<sup>71</sup> AML, “Projecto de indemnizações, o retornado tem direito a ser indemnizado”. PT/AMLSB/NEV/02/0102/003.

<sup>72</sup> AML, “Folha CDS” n.º 170. PT/AMLSB/NEV/02/0089/014.

<sup>73</sup> AML, Folheto do Movimento Nacionalista Português: “A Pátria não se vende”. PT/AMLSB/NEV/02/0062/024. AML, Folheto do Movimento Nacionalista Português. PT/AMLSB/NEV/02/0053/023; AML, Folheto do PDC: “Antes de votares consulta a tua consciência! Retornados”. PT/AMLSB/NEV/02/0094/185; AML, Brochura com as listas dos candidatos a deputados “retornados” do PDC: “Nós estamos aqui!! Vamos limpar Portugal, nós os D’além Mar”. PT/AMLSB/NEV/02/0094/187.

<sup>74</sup> AML, Folheto da UDP a exigir a “Exclusão imediata do PDC da campanha e do acto eleitoral!”. PT/AMLSB/NEV/02/0094/051.

<sup>75</sup> AML, Nota da SIP do PCP sobre vitórias militares e políticas do MPLA. PT/AMLSB/NEV/02/0048/019; AML, Panfleto da UNITA sobre a situação em Angola. PT/AMLSB/NEV/02/0074/023; AML, Folheto da JURA (Juventude da UNITA): À Juventude Portuguesa... Que sabem os jovens portugueses da real situação de Angola?. PT/AMLSB/NEV/02/0098/038.

<sup>76</sup> AML, Comunicado da UEC (m-l): “libertação imediata de Gentil Viana e de todos os patriotas angolanos!”. PT/AMLSB/NEV/02/0052/024; AML, Abaixo-assinado subscrito por estudantes, dirigido ao Governo de Angola, a pedir a libertação de António Carranca. PT/AMLSB/NEV/02/0064/038; AML, Abaixo-assinado da UDP dirigido a Agostinho Neto solicitando a libertação dos presos políticos. PT/AMLSB/NEV/02/0090/010; AML, “Visão Informativa de Angola” - compilação de notícias de imprensa sobre a greve de fome dos presos políticos de Luanda. PT/AMLSB/NEV/02/0095/065; AML, “Visão Informativa de Angola”: “Presos políticos angolanos em greve de fome”. PT/AMLSB/NEV/02/0095/070; AML, Comunicado de imprensa da UDP a solidarizar-se com os presos políticos angolanos em greve de fome. PT/AMLSB/NEV/02/0102/037.

Por último, sublinha-se que estes meios de comunicação política, disseminados de forma direta e sem mediação de outros canais, revelam o olhar e o posicionamento dos seus autores perante a atualidade política. Nesse sentido, complementam a informação disponível em arquivos e na imprensa, confirmando a sua relevância enquanto fontes para o estudo da história recente e a importância da sua preservação, valorização e divulgação em instituições de memória, nomeadamente nos arquivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cardina, M. (2010). Guerra à guerra: Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (88), 207-231.
- Cardina, M. (2023). *O atrito da memória: Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Tinta-da-China.
- Feijó, R. G. (2022). Os bastidores da Lei de Descolonização de Timor: Interação entre Portugal e os movimentos nacionalistas timorenses. *Ler História*, (80), 17-40.
- Lemos, M. M. (2016). A propaganda oposicionista contra o Estado Novo durante os períodos eleitorais (1945-1973). In A. Pena-Rodríguez & H. Paulo (Coord.), *A cultura do poder: A propaganda nos Estados autoritários* (pp. 388-412). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://books.uc.pt/book?book=692>
- Paredes, M. D. M., & Magnus, B. O. (2024). Descolonização do Timor-Leste: Desdobramentos da Revolução dos Cravos na colônia mais longínqua (1974-1975). *Lusotopie. Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises*, XXIII(1-2). <https://journals.openedition.org/lusotopie/8537>
- Peralta, E. (2019). A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação. *Análise Social*, 54(231-2), 310–337. <https://www.jstor.org/stable/26747547>
- Pereira, J. P. (2013). *As armas de papel: Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. Temas e Debates.
- Pires, S. C. (2022). *Os militares portugueses e a descolonização em Cabo Verde*. Edições Colibri.
- Pureza, J. M. (2001). Quem salvou Timor-Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário. <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/164.pdf>
- Rosas, F. (2015). O anticolonialismo tardio do antifascismo português. In F. Rosas *et al.* (Org.). *O Adeus ao Império* (pp. 13-24). Veja.

## Documentos

### PROPAGANDA DO REGIME: REAÇÃO À OPOSIÇÃO E AFIRMAÇÃO DO IDEAL COLONIAL



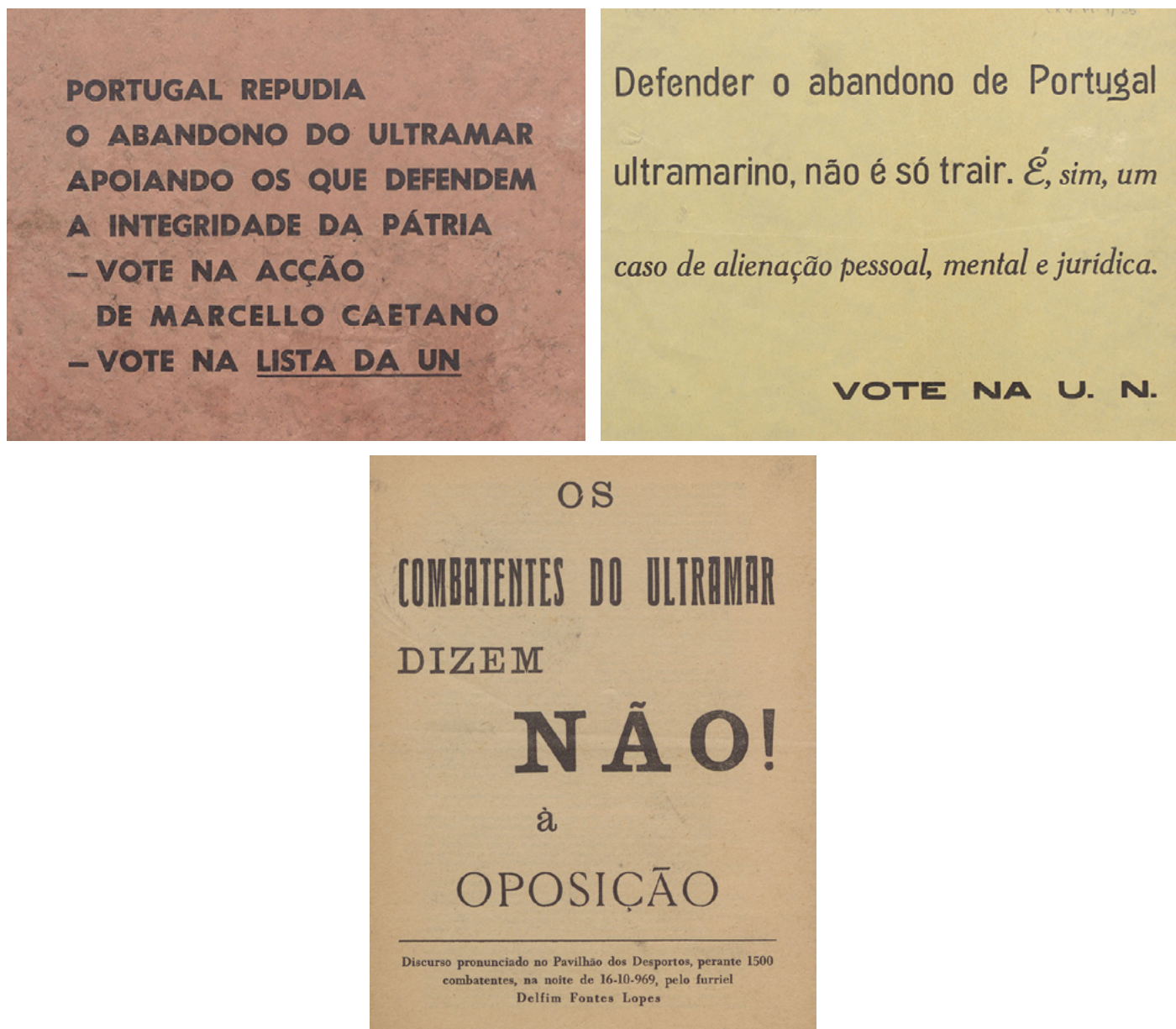
**Figura 1** Propaganda com frases retiradas do discurso de António de Oliveira Salazar de 12 de agosto de 1963, distribuída na manifestação realizada no Terreiro do Paço no dia 27 desse mês, em apoio à política ultramarina do Governo na sequência da pressão da ONU, 27-08-1963.

PT/AMLSB/NEV/02/0029/016; PT/AMLSB/NEV/02/0029/018; PT/AMLSB/NEV/02/0029/015; PT/AMLSB/NEV/02/0029/010;  
PT/AMLSB/NEV/02/0029/019; PT/AMLSB/NEV/02/0029/013; PT/AMLSB/NEV/02/0029/012; PT/AMLSB/NEV/02/0029/017.



Figura 2 Propaganda distribuída na manifestação do 10 de junho de 1964.

AML, PT/AMLSB/NEV/02/0029/007; PT/AMLSB/NEV/02/0029/002; PT/AMLSB/NEV/02/0029/003; PT/AMLSB/NEV/02/0029/008; PT/AMLSB/NEV/02/0029/001.

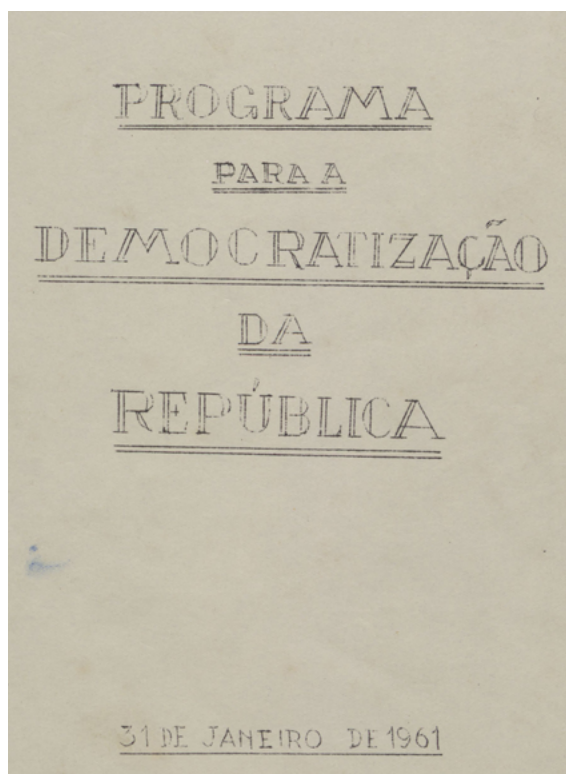


**Figura 3** Propaganda da União Nacional das eleições legislativas de 1969.  
PT/AMLSB/NEV/02/0029/027; PT/AMLSB/NEV/02/0027/008; PT/AMLSB/NEV/02/0029/025.

Jóvem Português !  
Estudante! Camponês! Operário!  
Tu que não olhas para o passado por mera contemplação!  
Tu que vives intensamente o presente!  
Tu que sentes a responsabilidade do futuro!  
Tu que repudias o abandono do Ultramar!  
Tu que combates a plutocracia!  
Tu que combates o comunismo  
Tu que não admites a luta de classes!  
Tu que não admites a luta de raças!  
Tu que não és comunista!  
Tu que não és capitalista ateu!  
Tu que não és internacionalista!  
Monárquico! Republicano!  
Acima de tudo Português!  
Junta-te a nós! Medita conscientemente nas afirmações  
relativas ao Ultramar que a Oposição Democrática lançou  
num comunicado.  
Portugal não é Lisboa!  
Portugal é a Lusitânia! Os Açores! A Madeira! Cabo Verde!  
S. Tomé e Príncipe! Guiné! Angola! Moçambique! Goa!  
Damão! Diu! Macau! Timor!  
Comparece na Praça Luís de Camões na próxima  
segunda-feira, dia 18, pelas 17.45 horas.  
Medita no que te dissémos! Respeitamos a tua opinião!  
Se és Português não podes ficar indiferente!  
Apelamos para a tua consciência!  
  
VIVA PORTUGAL !

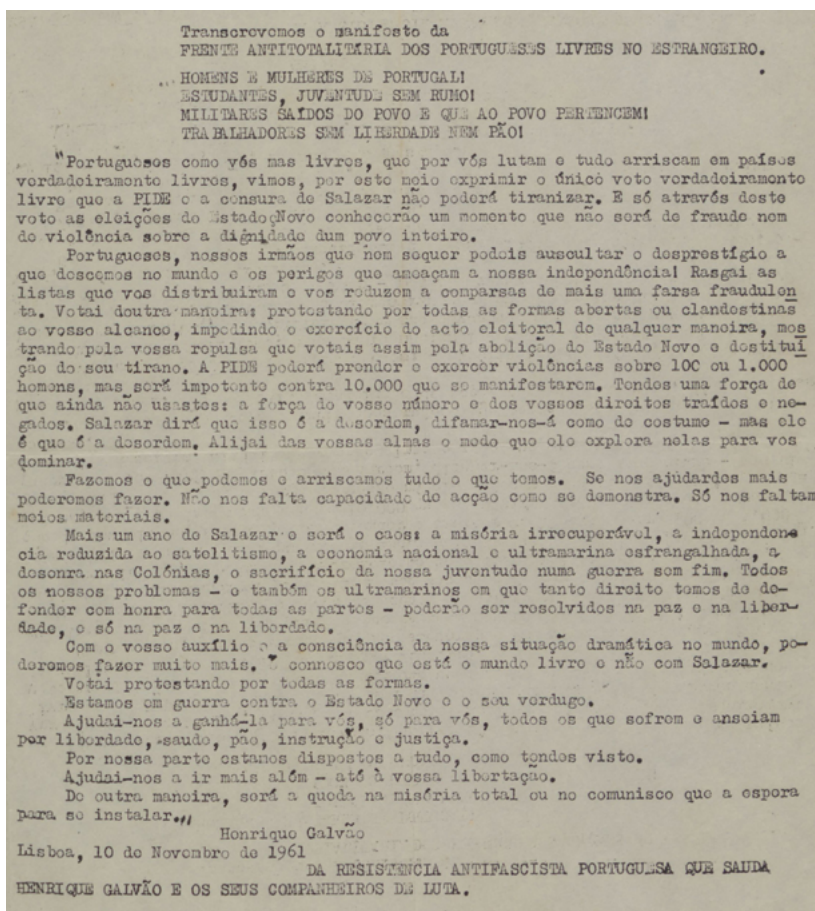
**Figura 4** Versos dirigidos aos jovens portugueses [Mocidade Portuguesa?], 18-10-1965.  
PT/AMLSB/NEV/02/0027/014.

## CONTESTAÇÃO À POLÍTICA COLONIAL DO GOVERNO



**Figura 5** Programa para a democratização da República. A Oposição Democrática repudia o imperialismo colonialista, apresentando medidas assentes nos direitos fundamentais das populações locais, o seu desenvolvimento material e a representatividade política.

PT/AMLSB/NEV/02/0006/003, p. 1.



**Figura 6** Transcrição do "Manifesto da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro", de Henrique Galvão no âmbito da *Operação Vagô*, 10-11-1961. PT/AMLSB/NEV/02/0006/006.

### AOS PORTUGUESES E AOS HOMENS DE TODO O MUNDO

Os portugueses, independentemente de qualquer ideologia, dum lado a outro do campo da política nacional, esquecendo mesmo as liberdades públicas negadas, mentidas; as prisões e as torturas sofridas; a mentira imposta e a censura e o terror que desorientam ou desarmam o instinto patriotismo das grandes massas, erguem o seu grito de protesto contra uma política que nos condena na consciência do Mundo. É para servir o nosso sentido de independência, de dignidade nacional, que queremos ouçam esse grito todos os homens livres da Terra.

Não nos intimida nem ofende nos chamem traidores os que estão conscientes ou inconscientemente traindo a Pátria e a Humanidade, comprometendo o nosso Futuro, impossibilitando a nossa cooperação ao lado do Irmão Africano, expondo a Nação às acusações que o povo português não merece e a um isolamento condenatório na Assembleia das Nações que não deve atingir aqueles que, dum ao outro extremo do campo da política portuguesa, através de toda a Terra Portuguesa, nas horas graves de 1914-1918, nas de 1939 a 1945 e sempre nestes últimos 50 anos, sofreram descalços e prisões por serem fieis ao seu dever de Homens, em defesa da dignidade, da Vida, da Liberdade e do Futuro do Mundo, alinhando desde as horas mais negras ao lado dos Aliados, e contra a orientação política da tirania fascista que nos dominava aqui e tentava dominar a Terra.

Os descendentes dos homens que deram a Independência ao Brasil e dela se orgulham como se a devessem agradecer pela oportunidade que tivemos de provar como colonizar deve ser educar e preparar para a liberdade; — cidadãos duma Pátria martirizada pela mais hipócrita das tiranias e cujo Canto Nacional fala de Liberdade ou Morte e do Destino de criar, dar Novas Nações ao Mundo, — protestam contra o que nos desonra e escraviza, e afronta perante a consciência Universal.

Não se trata de formas políticas apenas ou credos em que o egoísmo de classes ou a inquietação de vítimas oprimidas obscureçam a visão do supremo dever. Mas da nossa Pátria no sentido do seu esforço, ao próprio serviço e ao serviço de todos os homens.

Queremos ser os irmãos dos negros na tarefa sagrada de erguer à autonomia todos os povos, brancos e negros, dos nossos Territórios Africanos. Queremos que, brancos e negros, hoje, como nas antigas colónias de França e de Inglaterra, continuem realizando uma obra de valor humano que será a continuação das mais generosas tarefas da História de Portugal.

JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA DE UNIÃO SAGRADA

LISEOA, 16 de Maio de 1961.

Figura 7 Folheto da Junta Patriótica Portuguesa de União Sagrada, 16-05-1961. PT/AMLSB/NEV/02/0006/005.

## A POLÍTICA ULTRAMARINA

Sem capacidade para resolver os problemas ultramarinos, teima o governo em alhear o interesse do Povo português da sua maior responsabilidade da presente hora. Ainda há dias, anunciando em Nota oficiosa o seu protesto contra afirmações feitas num relatório da O.N.U., deixou-nos na ignorância das mesmas afirmações. Mas por toda a parte, menos em Portugal, se discutem os interesses portugueses.

E, porque a Henrique Galvão, tanto amigos como inimigos, todos reconhecem a maior competência em assuntos africanos, vamos transcrever de seu último livro "A MINHA LUTA CONTRA O SALAZARISMO E O COMUNISMO EM PORTUGAL", saído este ano, alguma matéria que ajude a formar uma opinião nacional, parecendo-nos muito mais útil à Pátria este serviço do que entrar na discussão da próxima farsa eleitoral.

### DA POLÍTICA ULTRAMARINA

A questão do Ultramar Português, logo vertida em caso internacional de suma gravidade e, como seria fatal, deformado e obscurecido por interesses mundiais, os mais contraditórios, em competição de intrigas e propagandas desvairadas, por ambições e orgulhos de toda a ordem, por paixões veementes e pela teimosia habitual do "dono da Fazenda" lusitana - coincidiu, para desgraça nossa, com a agonia de uma longa ditadura e com todas as desventuras que delas são resultar para os povos que as suportam. Portugal, o verdadeiro Portugal, estava encarcerado há mais de 30 anos e praticamente emudecido - impedido de falar, de se pronunciar, de ser, enfim, uma pessoa política, num momento em que se jogavam os seus destinos de nação oito vezes secular. Não se encontrava, em questão de tal magnitude, e em plena revolução mundial, um denominador comum nacional, patriótico, moderno, que reflectindo o pensamento e a consciência de uma Nação independente, se impusesse espontaneamente a todas as divisões partidárias, como a própria voz de Portugal. Nem sequer, da santa indignação que levantara o ultimatum inglês no fim do século passado (e a questão que a produzira não assumira a gravidade que tem a actual) se conheceram agora sentimentos de unidade nacional que lhes correspondessem. A que atribuir tal marasmo, tão apagada e vil tristeza, senão ao desgaste de uma ditadura que privou o povo de se exercer espontaneamente, de se agitar e afirmar a sua vontade, de defender a sua dignidade e os seus direitos - para o enranchar em manadas bovinas, com transportes e comedorias pagas, sob a vigilância da PIDE?

O Governo ditatorial, senhor de todos os poderes, arrogara-se também o direito de ser o monopolista do "patriotismo" nacional. Para isso se diz "nacionalista" e a todos impõe o "dever" de pensarem e sentirem como o "chefe" e entende. Ele é Portugal, Portugal é ele - e quem não estiver com ele e não lhe seguir as pisadas não é bom português nem patriota. Teimou em subordinar desrespeitosamente todos os portugueses aos seus cânones patrióticos - e, durante décadas, martelou-lhes nos ouvidos o seu patriotismo palavroso e propagandístico, o seu "nacionalismo" barato, o seu orgulho de pimpão, enquanto, ao mesmo tempo os privava, praticamente de todos os elementos (sobretudo a Liberdade) com que se constroem e educa o verdadeiro patriota. O caso da Índia, a fuga desabalada de tantos que lá tinham ido para a defender com o "patriotismo" salazariano, foi dos exemplos mais dramáticos do que pode e do que vale esse patriotismo verbalista de fachada.

Em oposição a este patriotismo balofo, criava-se no outro extremo totalitário o anti-patriotismo comunista. Esse, por ventura mais tenebroso do que o patriotismo do Poder, usa um jargão patriótico, nos seus "rótulos" grosseiros, em que frequentes vezes aparecem os termos "patriota", "patriótico" e "nacional" para simples efeitos de infiltração - mas, na acção, são perfeitamente claros. De portugueses, têm o certificado de nacionalidade porque lhes aconteceu, sem disso terem a menor culpa, nascerem em Portugal. Em tudo o mais, são russos ou chineses - e só a Rússia ou a China lhes interessa. Não direi que não sejam patriotas e nacionalistas, mas patriotas russos e patriotas chineses.

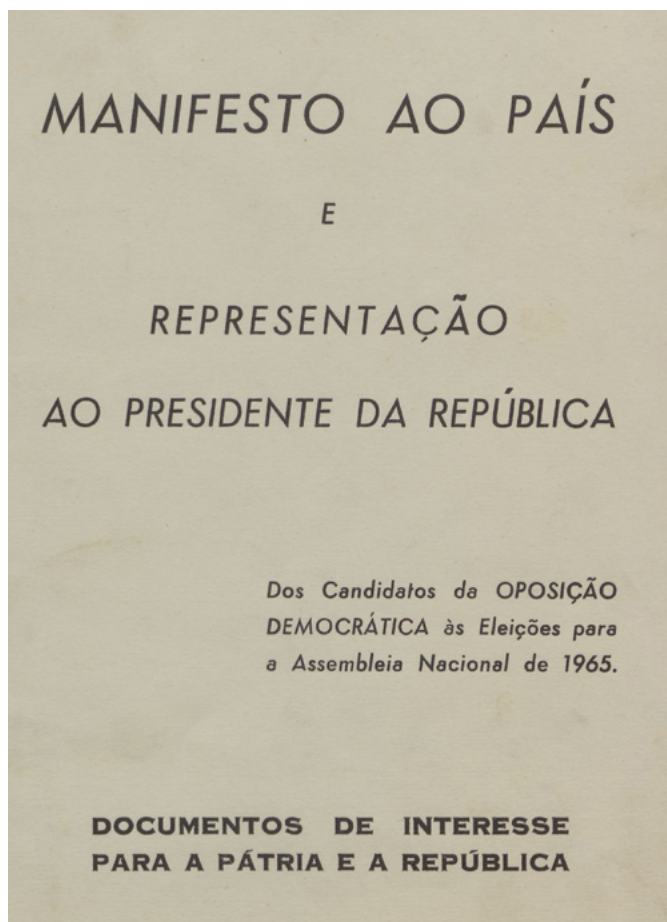
Ante o falso patriotismo e o anti-patriotismo destes dois extremos totalitários - Portugal, o verdadeiro Portugal, que não é nem pode ser salazarista nem comunista, que forma a maioria esmagadora da população... está encarcerado.

Como poderá manifestar-se num carcere o pensamento denominador comum de uma nação, contra estes dois extremos, um patrioteiro e outro anti-patriótico, um dispende de todas as vantagens dos poderes desrespeitosos, o outro das vantagens do auxílio externo, da sua organização infiltrante e da clandestinidade, senão tentando a empresa difícil de organizar as correntes democráticas e patrióticas encarceradas, em termos de lhes dar a possibilidade de, pelo número e pela razão, se desfazerem de uma e outra?

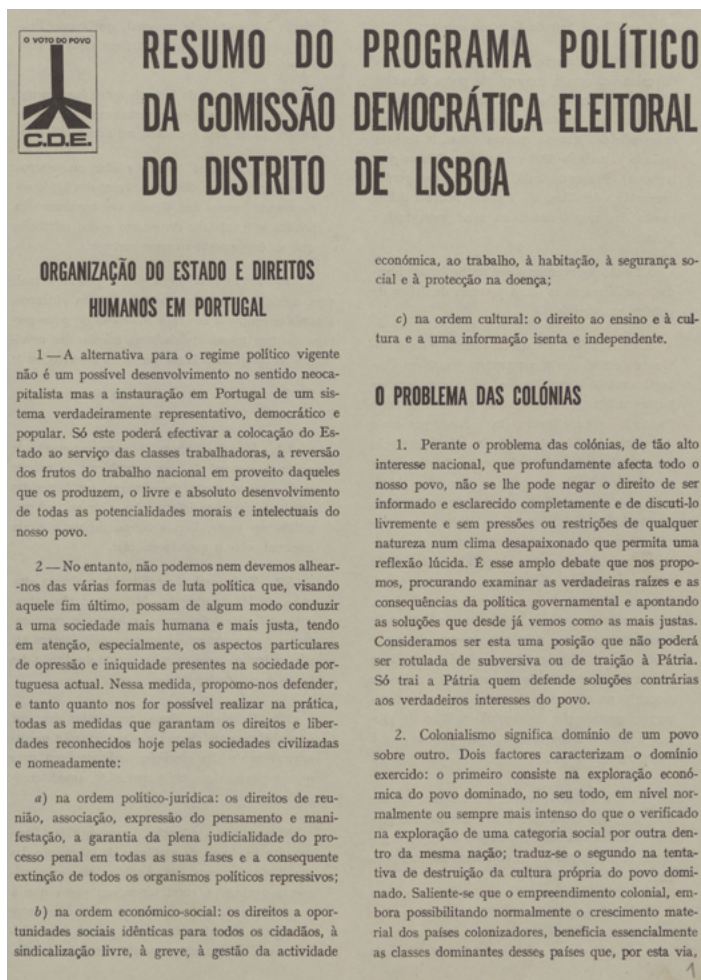
Tenta-se em Portugal (Acção Democrático-Social) organizar um encontro racional de Democracia e do Patriotismo. Tentamos nós, no exílio, fazer a mesma coisa.

Notar-se-á que tendo a Revolução Africana principiado em euforia e merecido do mundo o melhor dos acolhimentos parecia ir triunfar sem dificuldades. Era anticolonialista uma maioria enorme da população mundial desvairada pela mais ignara das propagandas, toda a gente falava de uma África cujas realidades desconhecia e embriagava com o seu apoio o orgulho desenfreado da maior parte dos novos líderes. Os que conheciam a África e a amavam por a terem vivida, pareciam inexistentes no alarido feito por aque-

**Figura 8** Folheto com transcrição de excertos da obra "Da minha luta contra o salazarismo e o Comunismo em Portugal", de Henrique Galvão, publicada em São Paulo, em 1965. O autor propõe uma solução de autonomia assegurada transitoriamente num regime de federação ou união de estados autónomos, [1965]. PT/AMLSB/NEV/02/0017/011.



**Figura 9** Manifesto ao país e representação ao Presidente da República, dos candidatos da Oposição Democrática às eleições para a Assembleia Nacional de 1965. Defende a autodeterminação como solução política e a irreversibilidade do fenómeno da descolonização, 14-10-1965. PT/AMLSB/NEV/02/0009/003, p. 1.



**Figura 10** Resumo do programa político da Comissão Democrática eleitoral do distrito de Lisboa [eleições legislativas de 1969]. Defende a resolução pacífica e política das guerras do Ultramar, na base do reconhecimento dos direitos dos povos à autodeterminação, 10-1969. PT/AMLSB/NEV/02/0011/012, p. 1.

### O problema do Ultramar

Na sua recente comunicação ao País o Snr. Presidente do Conselho quis deliberada e conscientemente situar como um dos pontos fundamentais a debater pelos candidatos à Assembleia Nacional o problema ultramarino português. O repto lançado à Oposição é claro e inequívoco: nenhum programa político pode ser válido neste momento sem que formule tanto quanto possível em relação ao problema colonial uma linha de actuação, um pensamento coerente, uma finalidade a atingir.

Se efectivamente for levantado o "tabu", S. Ex.<sup>ª</sup>. realiza um louvável acto político. A questão de África não é, não pode ser, uma questão do Governo, seja ele qual for, é uma questão nacional. Nela se empenha a Nação e cada um de nós, e se a sua resolução pertence à comunidade, não se compreende nem se aceita que seja subtraída a um debate público, a um conhecimento aprofundado, a uma consciencialização do Povo, a uma vontade claramente expressa pela opinião pública.

Integralmente assumimos a pesada responsabilidade que nos é reconhecida. Desde já, na abertura desta campanha e no momento da nossa apresentação ao eleitorado, desejamos situar a nossa posição, a nossa doutrina e a finalidade nacional da nossa política.

Marcelo Caetano sabe porém - e lembramos aqui a sua espontânea confissão de ter sentido a necessidade exaustiva de estudar o problema quando assumiu a responsabilidade do Governo - a terrível carencia de informação, que, por tática expressa do Poder rodeia o problema de África, e dificulta a sua abordagem por qualquer político consciente.

Paradoxalmente, África, que nas suas próprias palavras, constitui preocupação primordial da Nação no momento que passa, é para a Nação um problema escondido, uma questão confidencial, que não se pode discutir nem conhecer, que não se pode situar publicamente em coordenadas de pensamento nem submeter a opções políticas consistentes.

Pior ainda. Para além da impossibilidade de atingir a verdade, existe a técnica aviltante da propaganda que nos últimos oito anos procurou afogar em ondas de palavras, a capacidade de raciocínio dos portugueses, a sua coragem moral para discutir o problema e o esforço voluntário de conhecimento e informação.

Propaganda duma solução teórica, da pacificação pela guerra, e do exclusivismo patriótico do Governo. Todos os meios tem sido profusa-

**Figura 11** Texto da CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática) publicado no âmbito das Eleições legislativas de 1969. Repudia a solução de autonomia progressiva que considera ser uma forma de neocolonialismo, 29-09-1969. PT/AMLSB/NEV/02/0011/009.

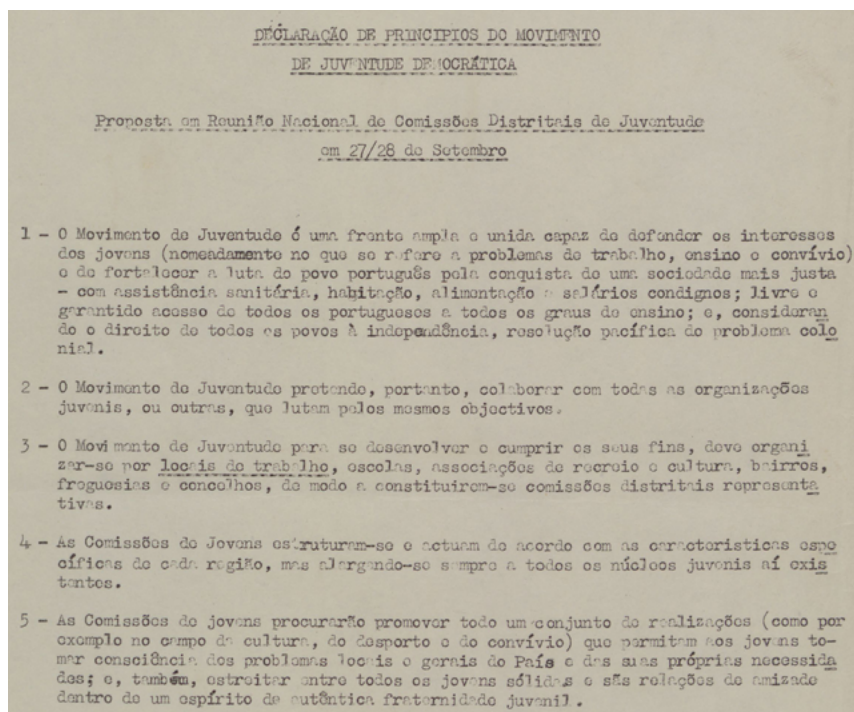


Figura 12 Folheto do Movimento da Juventude Democrática (organização da juventude da Comissão Democrática Eleitoral). Admite o direito de todos os povos à independência, [28-09-1969]. PT/AMLSB/NEV/02/0011/008.

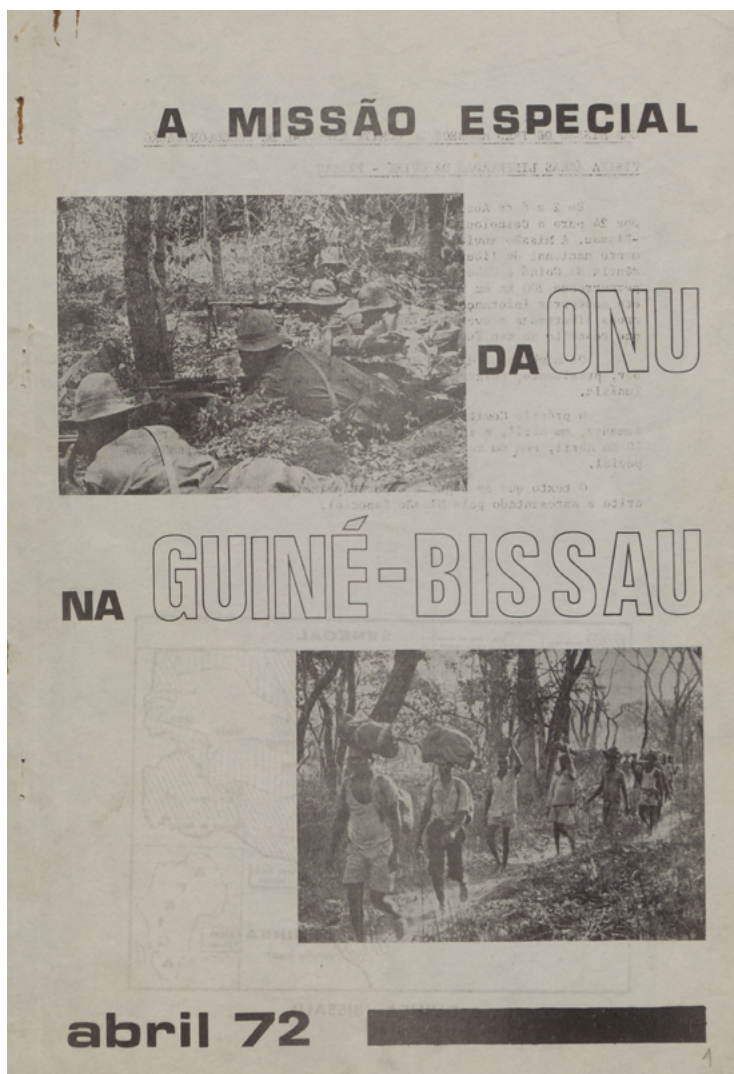


Figura 13 A missão especial da ONU na Guiné-Bissau (relatório). PT/AMLSB/NEV/02/0014/008, p. 1.

## O ATIVISMO ESTUDANTIL: "GUERRA DO POVO À GUERRA COLONIAL"

# O COLONIALISMO PORTUGUÊS TEM OS DIAS CONTADOS!

São cada vez maiores as estrondosas derrotas que os heróicos povos da Guiné, Angola e Moçambique infligem aos colonialistas portugueses. Os soldados do exército colonial-fascista correm a sete pés a refugiarem-se nos quartéis, ante o avanço irresistível dos exércitos populares de libertação nacional das colónias.

Em Portugal, também a luta contra o colonialismo, o imperialismo e a guerra colonial-imperialista, se alarga e intensifica em cada dia que passa. É cada vez mais vigoroso o apoio internacionalista do povo português à justa luta dos povos das colónias pela autodeterminação, separação e completa independência política, económica e cultural.

Esta é a razão pela qual Marcelo Caetano, cão-de-fila da grande burguesia industrial e bancária, do grande comércio e dos grandes proprietários da terra e lacaios do imperialismo estrangeiro, veio mais uma vez à televisão, manifestando o pânico da classe que representa.

### Qual o seu objectivo?

O seu objectivo, o objectivo da burguesia colonial-imperialista portuguesa, é tentar de desesperadamente impedir que cada vez mais largas camadas do povo português se unam decididamente e audaciosamente num vasto e vigoroso Movimento Popular Anti-Colonial, para o combate à guerra colonial-imperialista de agressão, rapina e genocídio aos povos das colónias.

Por isso tenta persuadir o povo português de que a classe que ele representa, a burguesia portuguesa, não move uma guerra colonial aos povos da Guiné, Angola e Moçambique, mas que, pelo contrário, se "bate" pela "construção dum sociedade multirracial,.... onde todos tenham lugar".

Todos os povos do mundo têm o direito à auto-determinação e à independência nacional. A guerra que a burguesia prossegue é uma guerra que tem por objectivo manter sob o seu domínio os povos oprimidos da Guiné, Angola e Moçambique que querem ser livres. Por isso é uma guerra colonial. É uma guerra colonial de agressão e rapina imperialista.

### A GUERRA COLONIAL É UMA GUERRA DE AGRESSÃO

A guerra colonial é uma guerra de agressão porque visa a destruição dos gloriosos Movimentos Populares de Libertação dos povos oprimidos das colónias, que conduzem a sua heróica luta contra o colonialismo e o imperialismo, pela liberdade e independência nacional.

Nas colónias, a burguesia colonial assassina, com o seu exército colonial-fascista de mais de 150 mil soldados, recorre às armas mais modernas e aos métodos de guerra mais bárbaros, tais como o napalm, os produtos químicos e os gases tóxicos, para massacrar os nossos irmãos negros, destruir as colheitas e arrasar as aldeias. Com toneladas de aviões da força aérea colonial-imperialista, lança milhares de toneladas de bombas, tal como os agressores norte-americanos no Vietname, destruindo as aldeias, as escolas, os hospitais construídos pelos operários e camponeses guineenses, angolanos e moçambicanos nas zonas já libertadas do jugo colonialista pelos heróicos combatentes dos Movimentos Populares de Libertação.

As polícias terroristas ao serviço da burguesia colonial assassina e do imperialismo (FIDE, "FLICHAS") prendem às dezenas de milhares os patriotas africanos e encarceram-os em campos de concentração de modelo nazi a que chamam "campos de recuperação": em Angola, são os redutos assassinos da Baía dos Tigres, Bié, Moçâmedes, Baía Farta, Planalto de Nova Lisboa-Iluambo e Baía

# GUERRA COLONIAL-I

### MORTOS — (nas tropas portuguesas) 1964-70

Combat	3900
Hospitais	1200
"Acidentes"	2600
<b>TOTAL</b>	<b>7700</b>

### POPULAÇÃO RELATIVA —

	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	GUINÉ
População total	5.300.000	7.500.000	800.000
População branca	350.000	200.000	5.000

### DESPEAS MILITARES — 54% do Orçamento Nacional

Os argumentos governamentais quanto ao problema principal da actual sociedade portuguesa, a Guerra Colonial, são por demais conhecidos de todos nós, devido à amplificação que encontram nos meios de comunicação que mais atingem as pessoas: televisão, jornais diários e rádio.

Mas vejamos que tipo de argumentação é a daqueles que defendem como imperiosa a Guerra Colonial; é fundamentalmente baseada na:

- 1º) Defesa do "território do Ultramar"
- 2º) Defesa da "civilização ocidental" em África
- 3º) Protecção das "populações indefesas"

Analisemos cada uma destas afirmações:

1º) Para estes senhores o ultramar é território português visto que "fomos nós que o descobrimos", "que lá não estabelecemos", "que a cultura dos seus povos não passa da da Metrópole", etc... etc... etc...

Vejamos com que fito nos estabelecemos em África:

Tem sido para elevar o nível cultural dos povos, fazê-los conhecer as potencialidades económicas dos seus territórios, fazendo-os assim, gente capaz de trabalhar e produzir. Também, sendo os portugueses vítimas de uma ajuda fraternal e desinteressada dos povos das colónias?

Figura 14 Folheto do CLAC (Comité de Luta Anti-Colonial) [MRPP], 21-07-1972. PT/AMLSB/NEV/02/0014/017, p. 1.

Figura 15 Relatório elaborado por um grupo de estudantes com informação estatística: número de mortos, população ativa e despesas militares afetas à guerra nas colónias, 04-1973. PT/AMLSB/NEV/02/0015/004, p. 1.

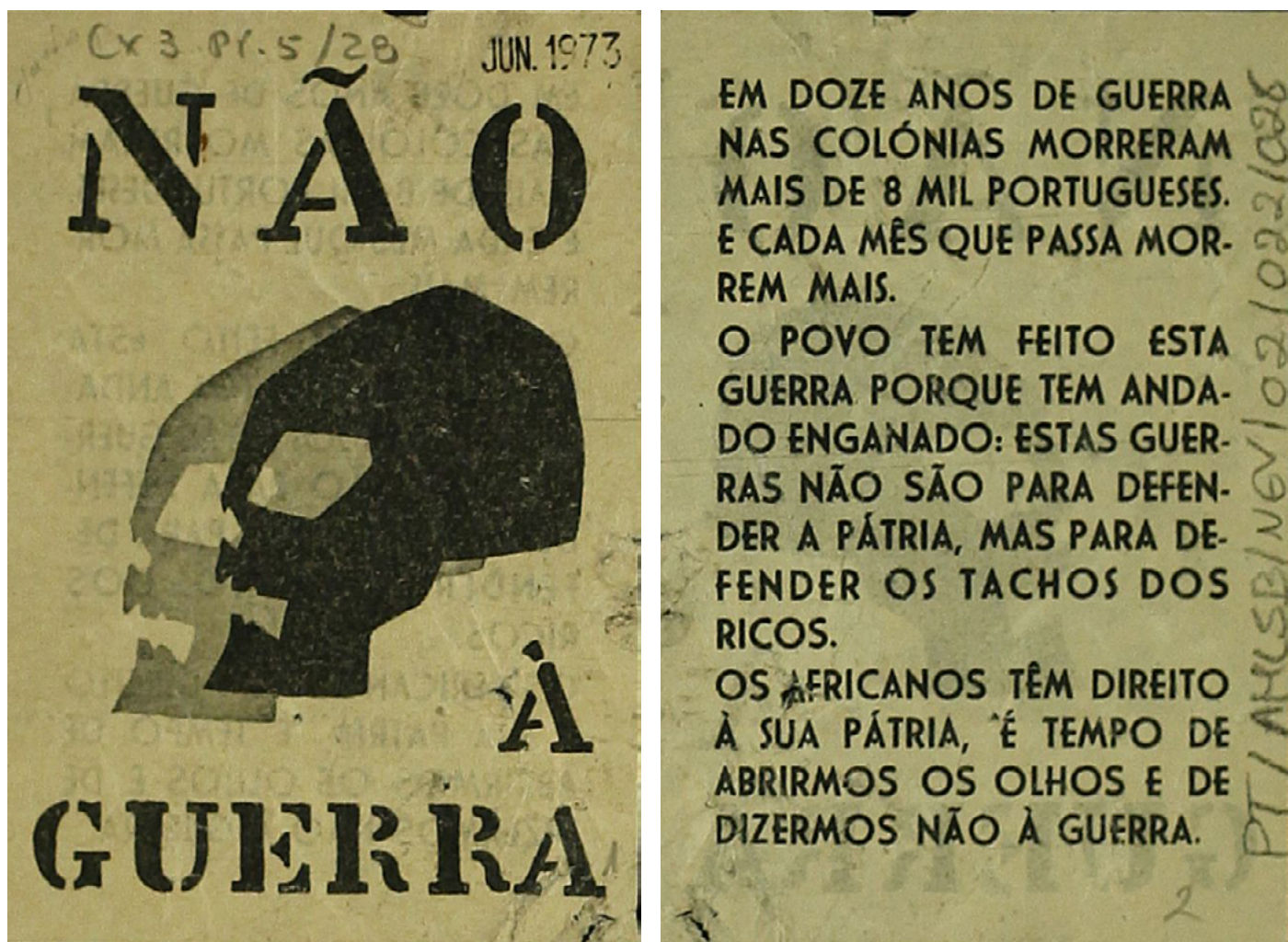
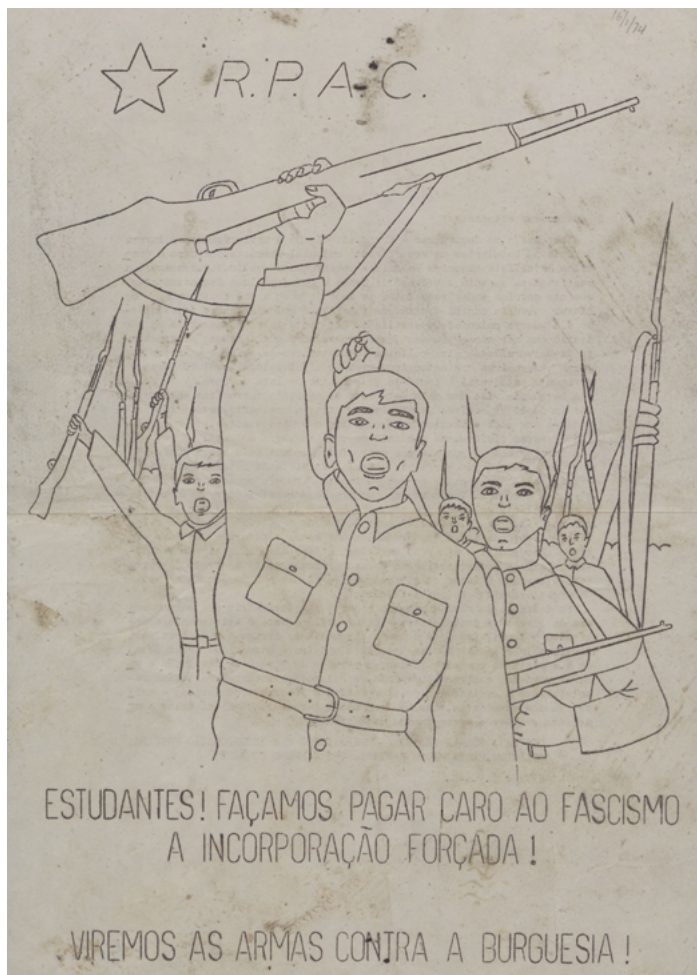


Figura 16 Panfleto de organização não identificada, 06-1973. PT/AMLSB/NEV/02/0022/028, pp. 1-2.



**Figura 17** Comunicado da RPAC (Resistência Popular Anti-Colonial) (MRPP). Representação inspirada na iconografia maoísta com algumas alterações para retirar os traços faciais orientais. As figuras marciais marcham contra o inimigo com ódio de classe no olhar e firmeza nos braços fortes (Pereira, 2013, p. 82), 16-01-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0016/003, p. 1.



**Figura 18** Folheto dos Comités Ribeiro Santos (MRPP), 02-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0016/022.

## A EXIGÊNCIA DO FIM DA GUERRA NO PÓS-REVOLUÇÃO: "NEM MAIS UM SOLDADO PARA AS COLÓNIAS"

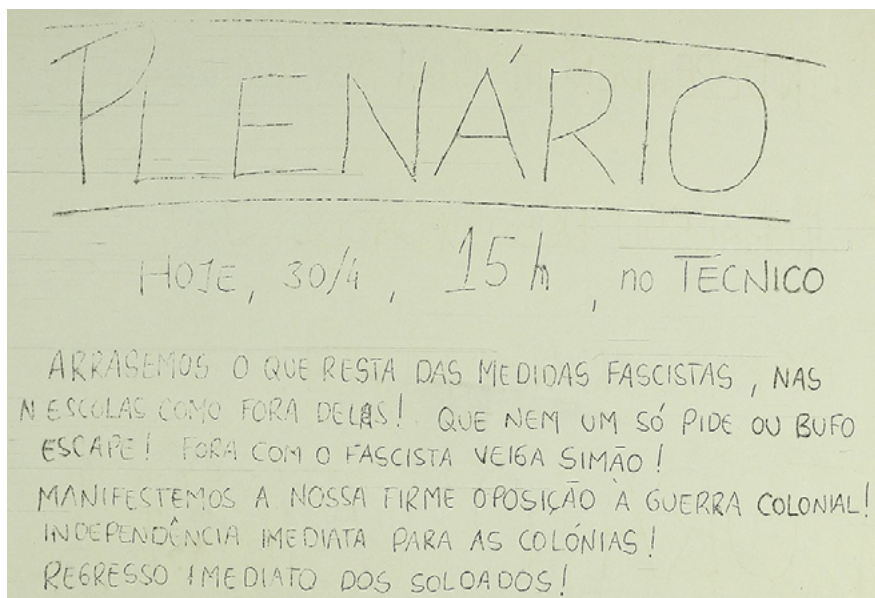


Figura 19 Folheto de convocatória de um plenário de estudantes no Instituto Superior Técnico, 30-04-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0030/006, p. 1.

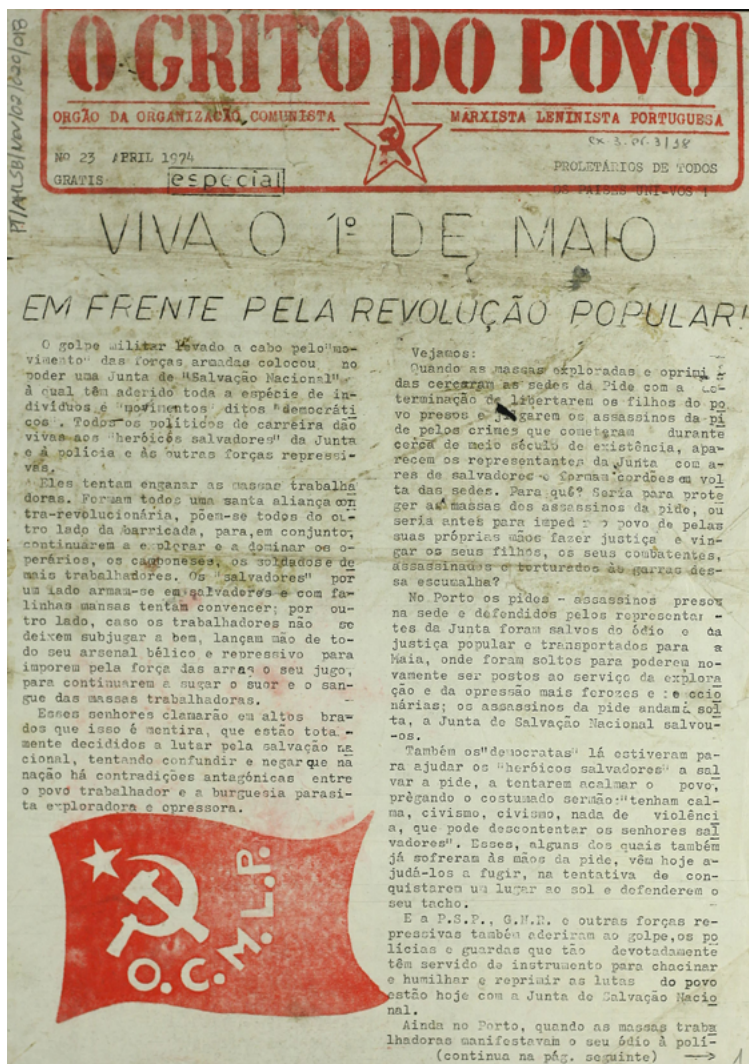


Figura 20 A OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa) denuncia a continuação da guerra colonial e os interesses da burguesia nas colónias, exigem o fim da Guerra, o regresso dos soldados, a independência total para as colónias e a amnistia para os desertores e refratários, 04-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0020/018, p. 1.

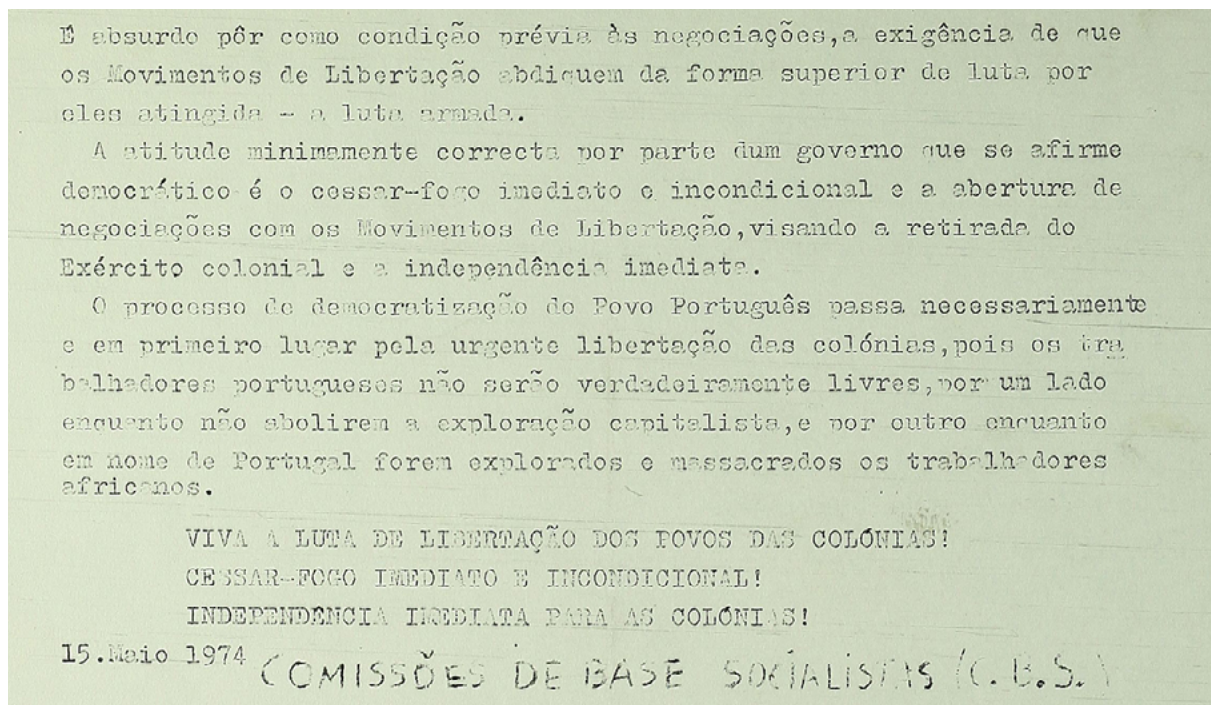
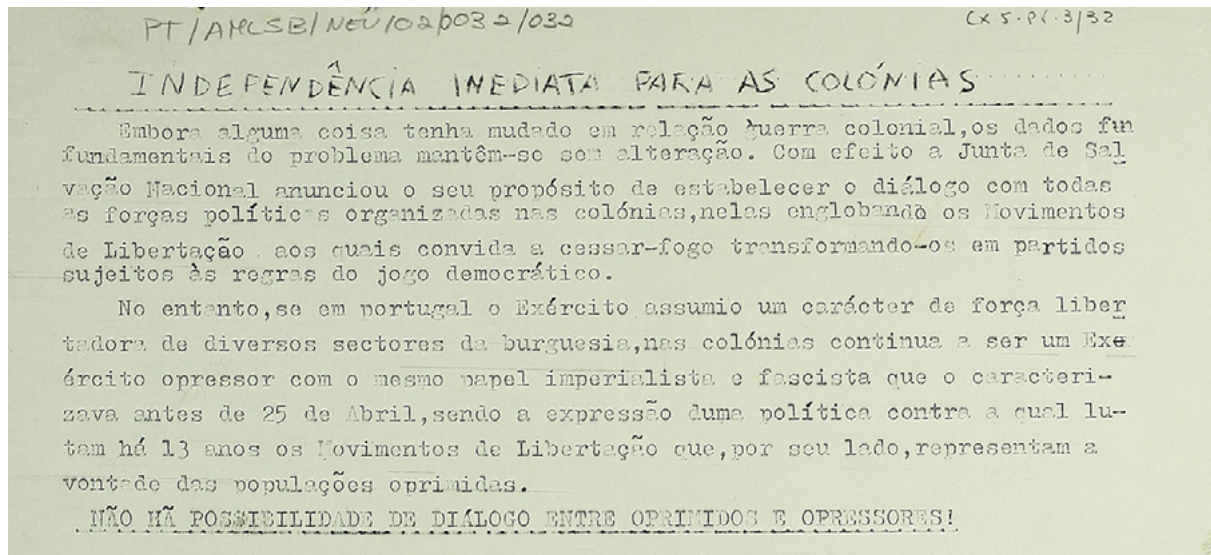


Figura 21 Folheto das Comissões de Bases Socialistas [origem no MDP/CDE], 15-05-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0032/032, pp. 1-2.

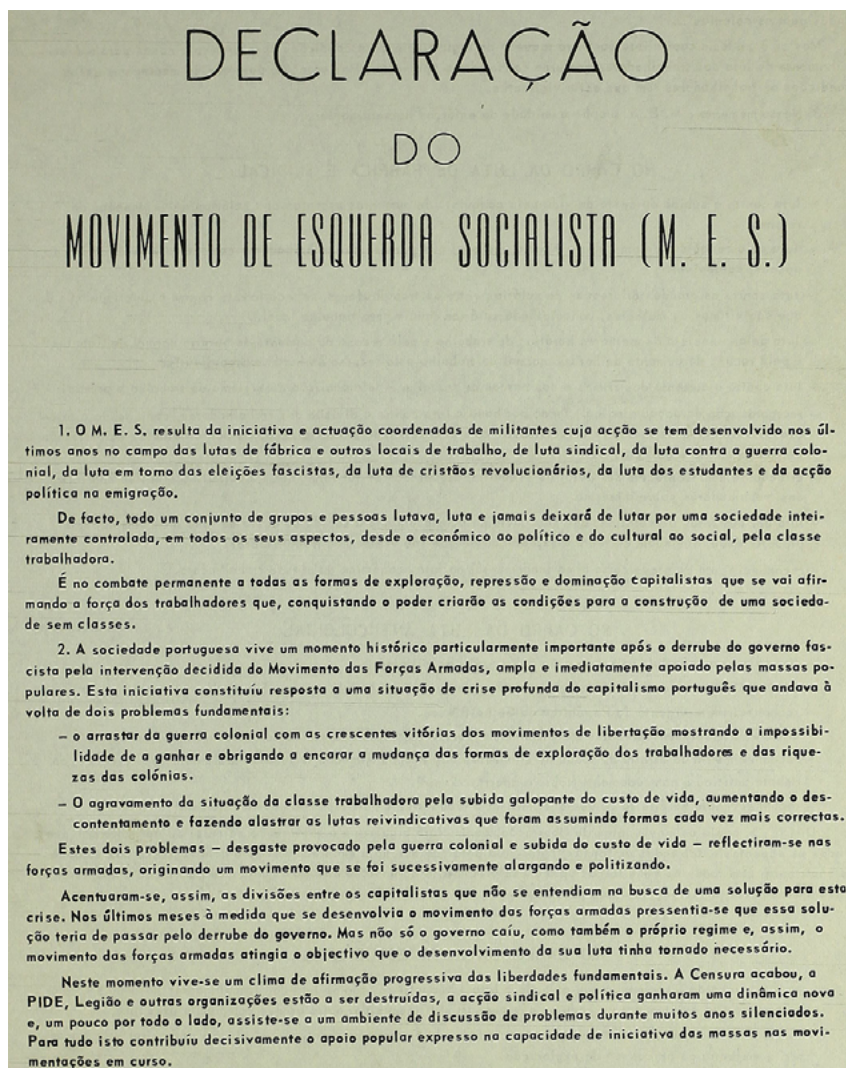


Figura 22 Declaração do Movimento de Esquerda Socialista (MES). Defendia que os militares pudessem recusar-se a participar na guerra colonial, 30-05-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0031/008, p. 1.

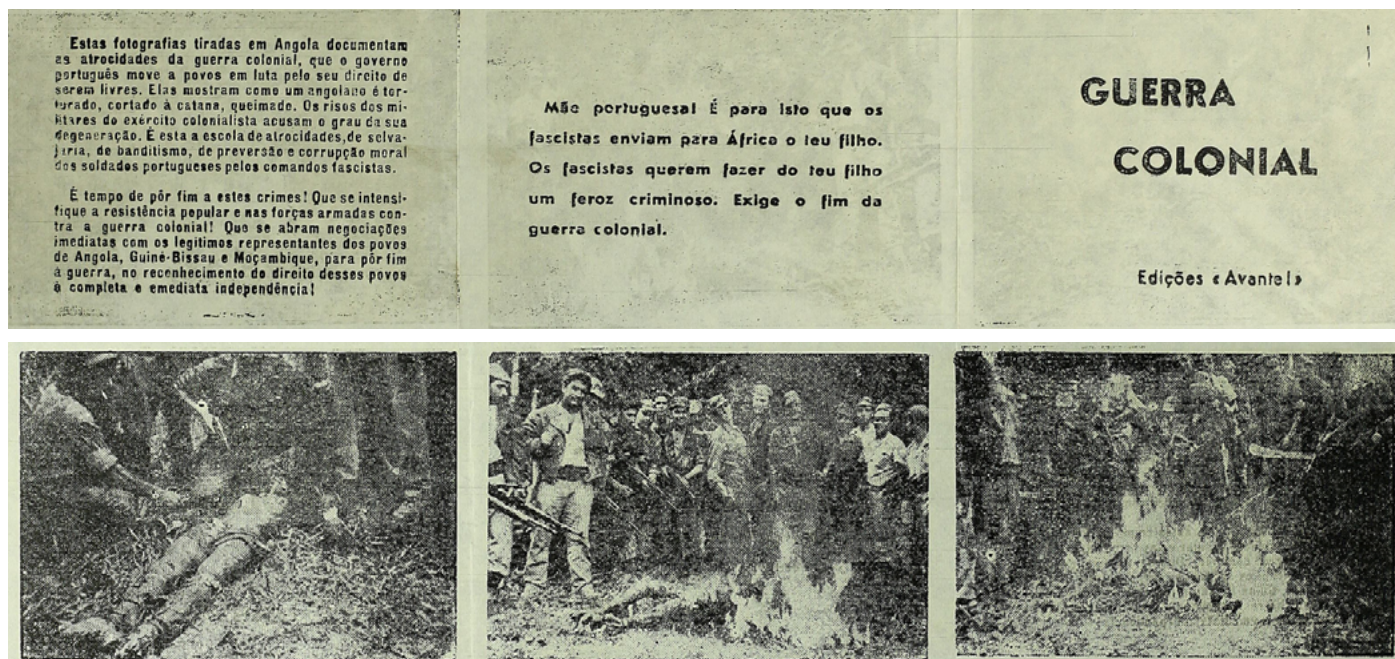


Figura 23 Desdobrável das Edições *Avante!* Denuncia as atrocidades praticadas pelo exército português em Angola, 12-06-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0032/014, pp. 1-2.

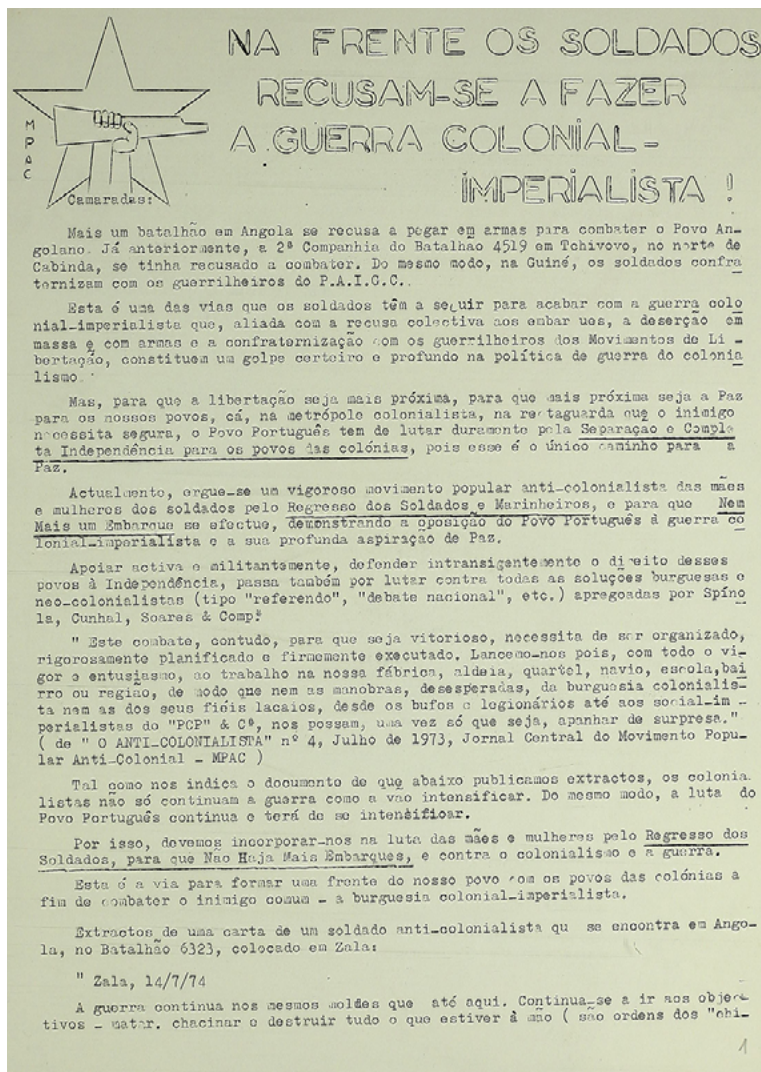


Figura 24 Folheto do MPAC (Movimento Popular Anti-Colonial), 23-07-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0033/036, p. 1.

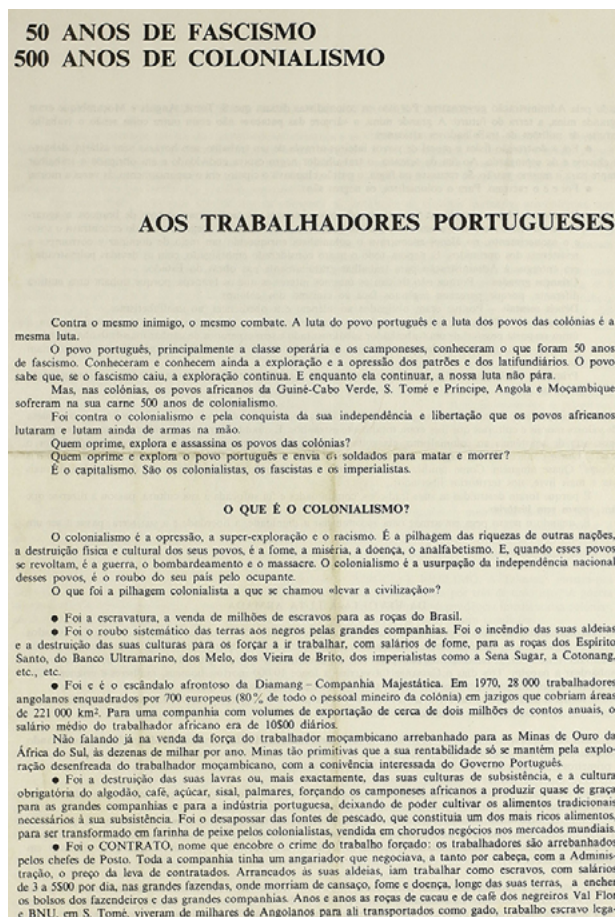


Figura 25 Texto do Comité para a Independência Imediata e Incondicional das Colónias (CIC) sistematiza a perspectiva da esquerda sobre a indefinição política que impedia o reconhecimento da independência das colónias expondo os fundamentos do colonialismo, e alerta para a "tática neocolonialista", 06-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0032/061, p. 1.


**A VOZ DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM LISBOA**

PT/AMLSB/NEV/02/0032/040 Cx 5. P. 3/40

## 25 DE JUNHO DE 1974

### VIVA O 12º ANIVERSÁRIO DA

#### PROGRAMA DAS REALIZAÇÕES

<p><b>3ª FEIRA</b> - dia 18 de Junho - na CASA DE MOÇAMBIQUE (Rua dos Condes nº 9e27-29)</p> <p>19h - início da exposição sobre Frelimo                  21h - colóquio sobre "A História da Frelimo"                  Filme sobre a Frelimo.</p>	
<p><b>4ª FEIRA</b> - dia 19 de Junho - na CASA DE MOÇAMBIQUE.</p> <p>21 h - Colóquio sobre "Papel da Mulher na Revolução Moçambicana".                  - Filme "MPLA, a vitória é certa".</p>	
<p><b>5ª FEIRA</b> - dia 20 de Junho - na CASA DE MOÇAMBIQUE</p> <p>21h - Sessão cultural de música e poesia revolucionária de Angola, Guiné Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Moçambique.</p>	
<p><b>6ª FEIRA</b> - dia 21 de Junho - na CANTINA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA</p> <p>19h - Início da exposição sobre a Frelimo.                  21h - Colóquio sobre "Colonialismo e Neocolonialismo".                  - Filme sobre a Frelimo.</p>	
<p><b>SABADO</b> - dia 22 de Junho - na Cidade Universitária - Cantina.</p> <p>15h - Filme sobre MPLA e PAIGC.                  Colóquio sobre "Aliança Natural entre os Povos das Colónias e o Povo Português"</p>	
<p><b>DOMINGO</b> - no CAMPO GRANDE</p> <p>13h - Exposição no Campo Grande                  16h - Comício Anticolonialista</p>	
<p><b>2ª FEIRA</b> - dia 23 de Junho na Casa de Moçambique.</p> <p>12h - Exposição na Casa de Moçambique                  21h - Colóquio sobre as "Áreas Libertadas; Combater, Produzir, Estudar."</p>	
<p><b>2ª FEIRA</b> - dia 25 de Junho - na CASA DE MOÇAMBIQUE.</p> <p>15h - Sessão Cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.</p>	

MOÇAMBICANOS RESIDENTES EM LISBOA

Figura 26 Folheto de divulgação das atividades assinado por moçambicanos residentes em Lisboa, 25-06-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0032/040.

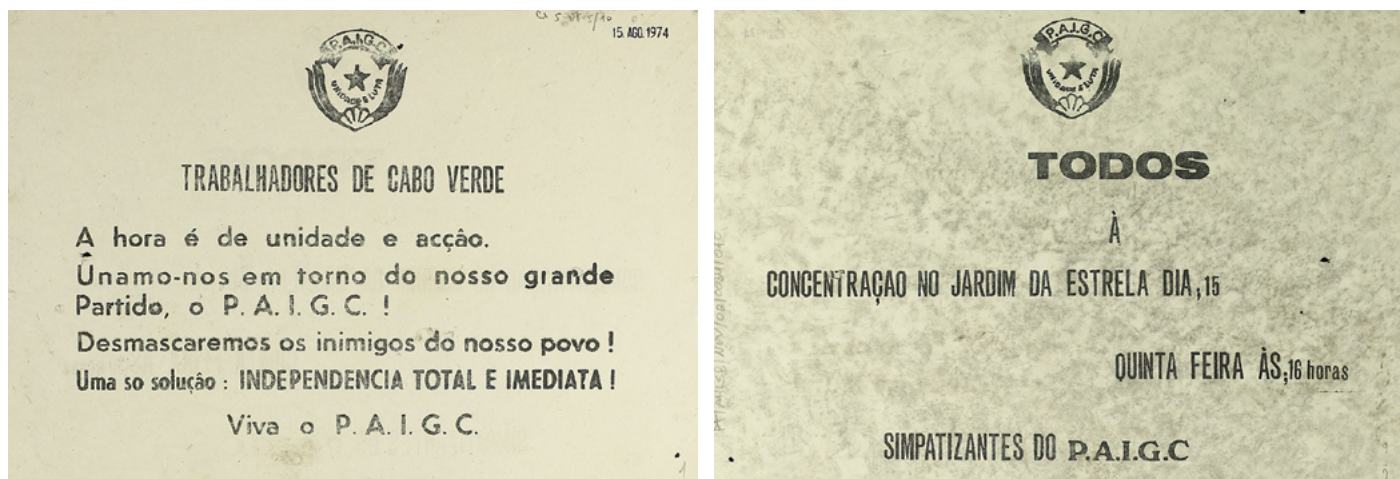


Figura 27 Folheto de simpatizantes do PAIGC apelando a concentração em Lisboa, 15-08-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0034/010, pp. 1-2.

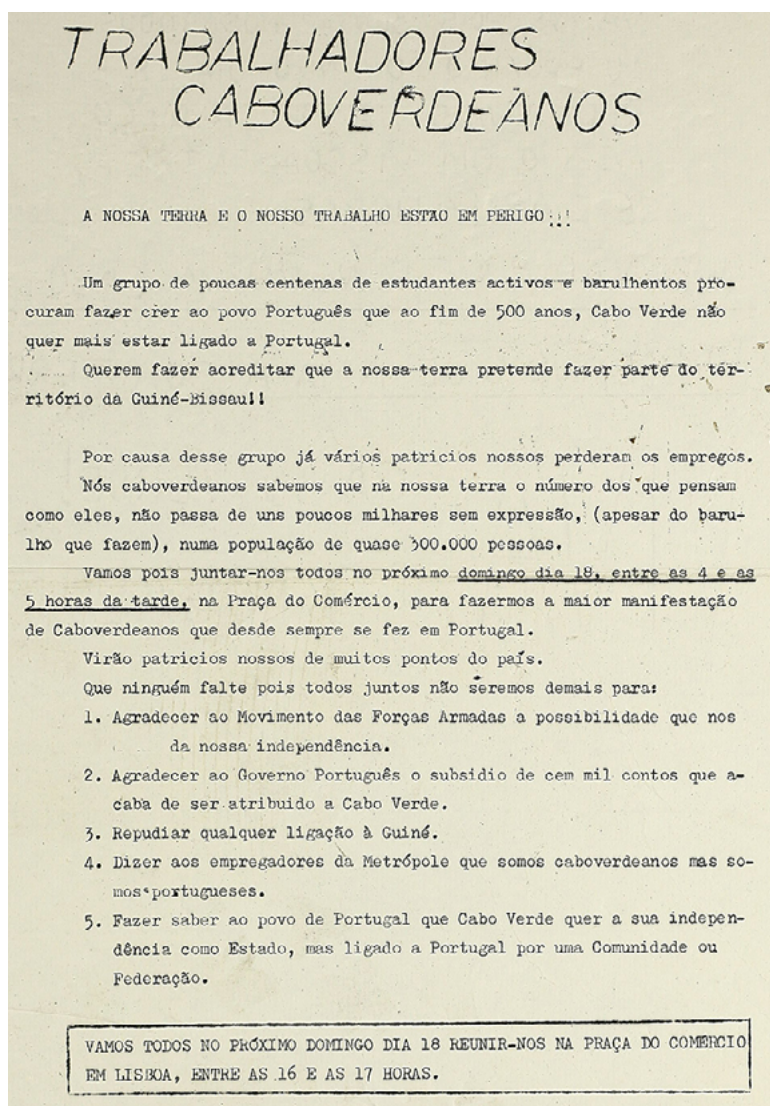


Figura 28 Folheto de grupo de cabo-verdianos pró-independência num regime de manutenção da ligação a Portugal por federação ou comunidade e contra uma eventual ligação à Guiné, 18-08-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0034/016, p. 1.

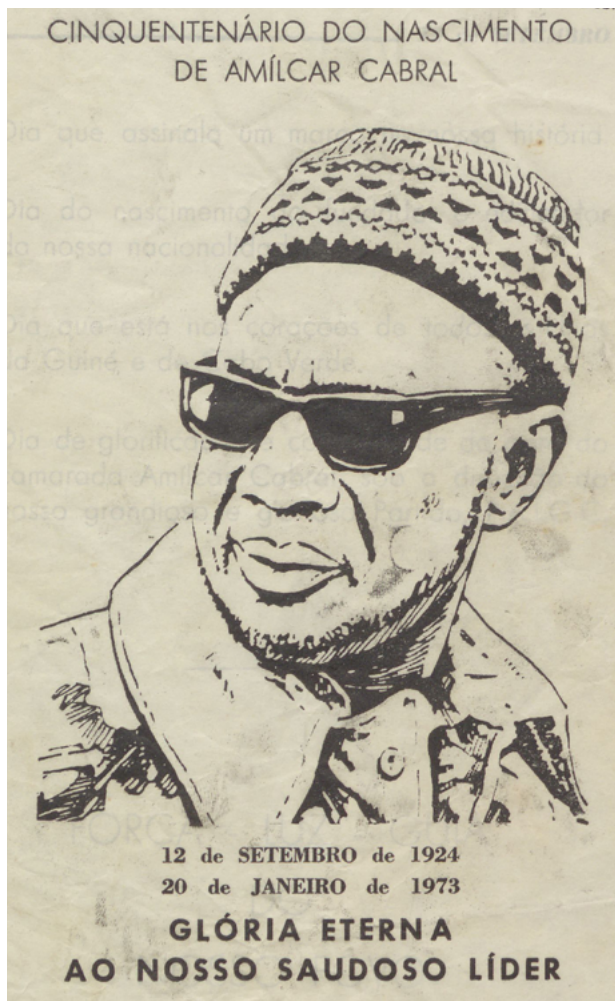


Figura 29 Folheto da Juventude Africana Amílcar Cabral (PAIGC), 12-09-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0023/012, p. 1.

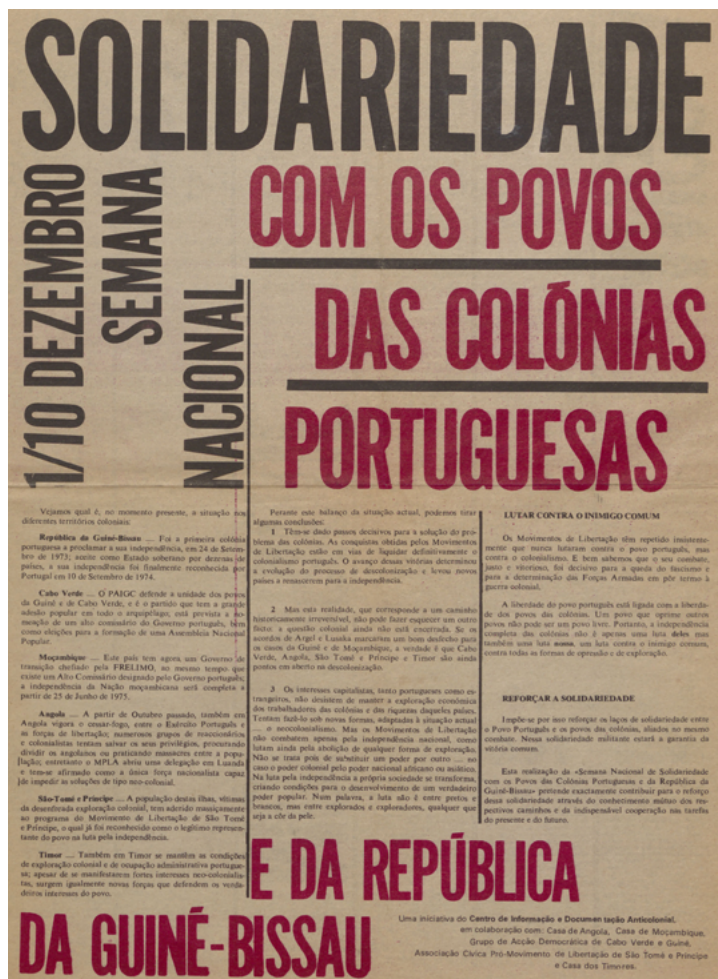
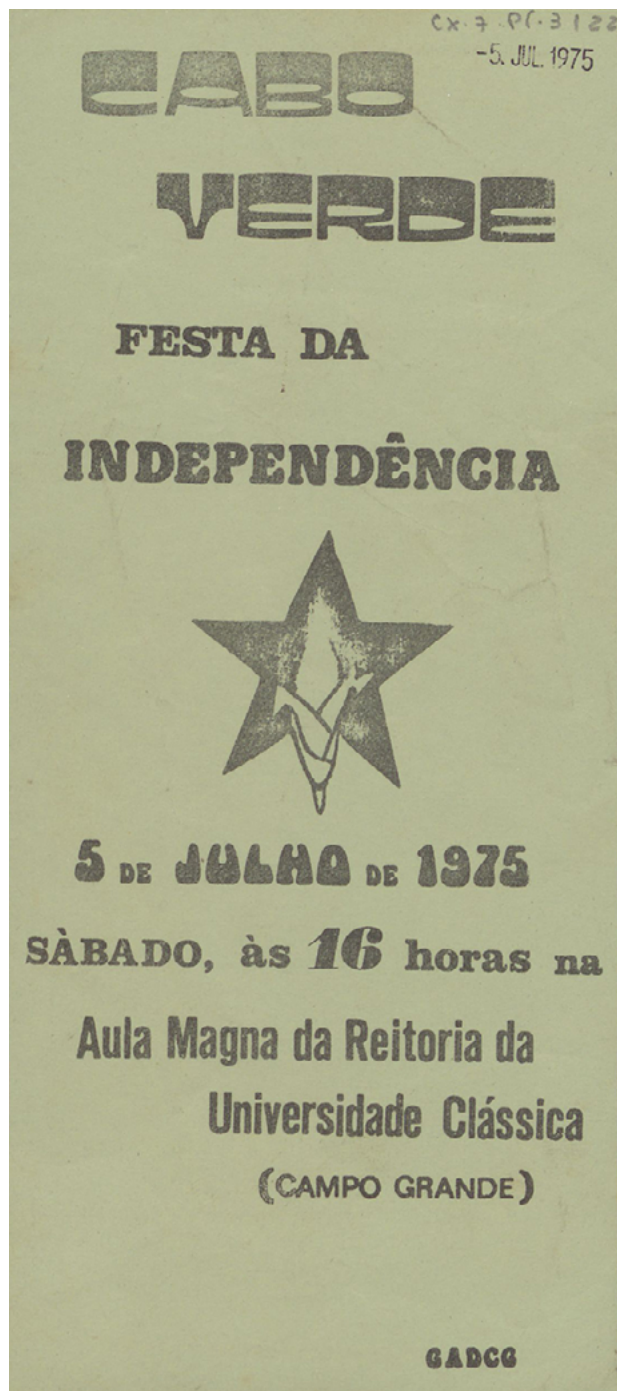
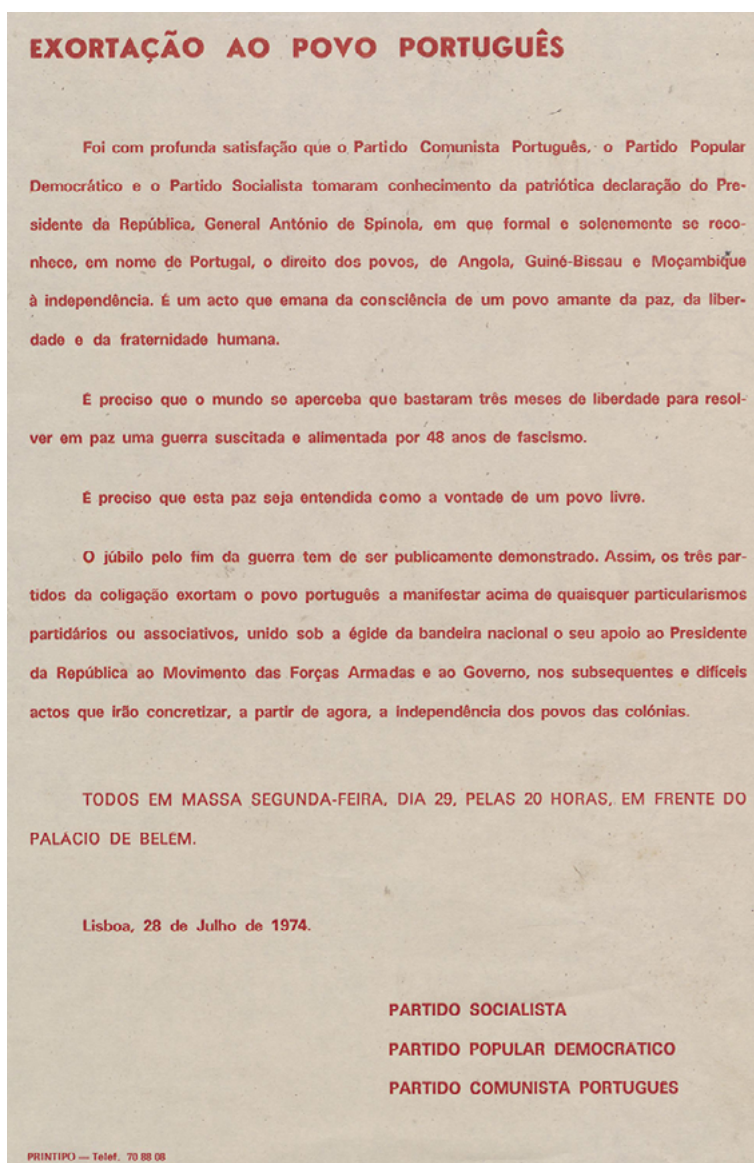


Figura 30 Folheto do Centro de Informação e Documentação Anticolonial em colaboração com a Casa de Angola, Casa de Moçambique, GADCG, Associação Cívica Pró-Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe e Casa dos Timores, 21-12-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0026/001, p. 1.


## O FIM DA GUERRA, INDEPENDÊNCIAS E DESCOLONIZAÇÃO



**Figura 31** Comunicado conjunto do PS, PPD e PCP sobre o fim da guerra e o reconhecimento da independência de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, 28-07-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0033/060.

**Figura 32** Folheto do GADCG divulgando comemoração da Independência de Cabo-Verde, 05-07-1975. PT/AMLSB/NEV/02/0041/022.

LUTEMOS PELA MOBILIZAÇÃO DE TODAS AS FORÇAS PARA A FUNDAÇÃO DO PARTIDO!  
Cx 4. 01-2120



# A JUVENTUDE DE A GUERRA

*Camaradas!*

**MRPP**

Desde o início da guerra de libertação que o heróico povo de Angola desencadeou em 1961 pela conquista da separação e completa independência política, económica e cultural para a sua Pátria oprimida pelo colonialismo e pelo imperialismo, que a juventude portuguesa mostrou simpatias por esta luta.

Nas escolas, nas fábricas, nos campos e nos quartéis, a juventude procurava formas de luta anti-coloniais e revoltava-se contra a burguesia colonial-fascista que a obrigava a fazer uma guerra injusta e criminosa contra os povos irmãos das colónias. Mas pelo facto de a classe operária não dispôr de um Partido seu que efetivamente a representasse e organizasse, a juventude operária e também a estudantil não conseguiram obter grandes sucessos nas suas lutas que, na maior parte dos casos, eram lutas de tipo individual e espontâneo. Todavia o espírito de revolta crescia e resistindo de um modo cada vez mais firme, a juventude portuguesa manifestou-se das mais diversas maneiras contra o colonialismo e a guerra, quer desertando, quer descendo à rua a afirmar a sua solidariedade para com os povos irmãos de Angola, Moçambique e Guiné-Cabo Verde.

A partir de 1970, ano da fundação do nosso Movimento, a luta anti-colonialista tomou nova expressão e conheceu por todo o país um aumento cada vez maior. O número de refractários e desertores ultrapassou os 100 mil; o desânimo e espírito de derrota no exército era cada vez maior; a resistência, quer em Portugal quer nas colónias, no seio das fileiras do exército colonial-fascista crescia dia a dia; as deserções na frente de combate surgiam um pouco por toda a parte; as manifestações de rua multiplicavam-se as jornadas do mês de Fevereiro punham em pânico a burguesia.

Assim se passou da resistência passiva e espontânea que a nossa juventude demonstrava, à resistência activa e organizada, inspirada nas justas directivas que o nosso Movimento transmitiu acerca desta questão. As amplas massas da juventude começaram a organizar-se em torno do Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC) e por todos os recantos da nossa Pátria surgiram os Comitês de Luta Anti-Colonial (CLACs), correspondendo desta forma o nosso Povo e em especial a juventude à necessidade de se organizar para melhor combater o inimigo imperialista.

As grandes derrotas que os povos irmãos das colónias infligiram de armas na mão ao exército colonial-fascista, a crescente luta do nosso povo contra a exploração capitalista e a mentira revisionista do partido do ministro Cunhal, a luta anti-colonialista da nossa juventude e a crise do imperialismo e capitalismo internacional, obrigaram certos sectores da burguesia portuguesa a lançar a manobra do 25 de Abril para evitar a derrota total.

Camaradas! Não nos deixemos iludir pelas mentiras da burguesia liberal e dos revisionistas do chamado P"CP! O 25 de Abril é uma tentativa da burguesia para salvar os monopólios e grandes interesses capitalistas da clara derrota final que se avizinha — o clique marcelista era completamente incapaz de governar e zelar convenientemente pelos interesses dos grandes monopólios e empresas capitalistas devido às razões apontadas e, por isso, outros sectores da burguesia tomaram conta do poder para salvar o que ainda julgam possível. Na primeira comunicação ao país o então presidente Spínola, conhecido criminoso

*RIBEIRO SANTOS - a honra de morrer por uma causa imortal!*

Figura 33 Folheto do MRPP. Resume a ação do movimento anticolonial desde 1961, 07-10-1974. PT/AMLSB/NEV/02/0024/020, p. 1.

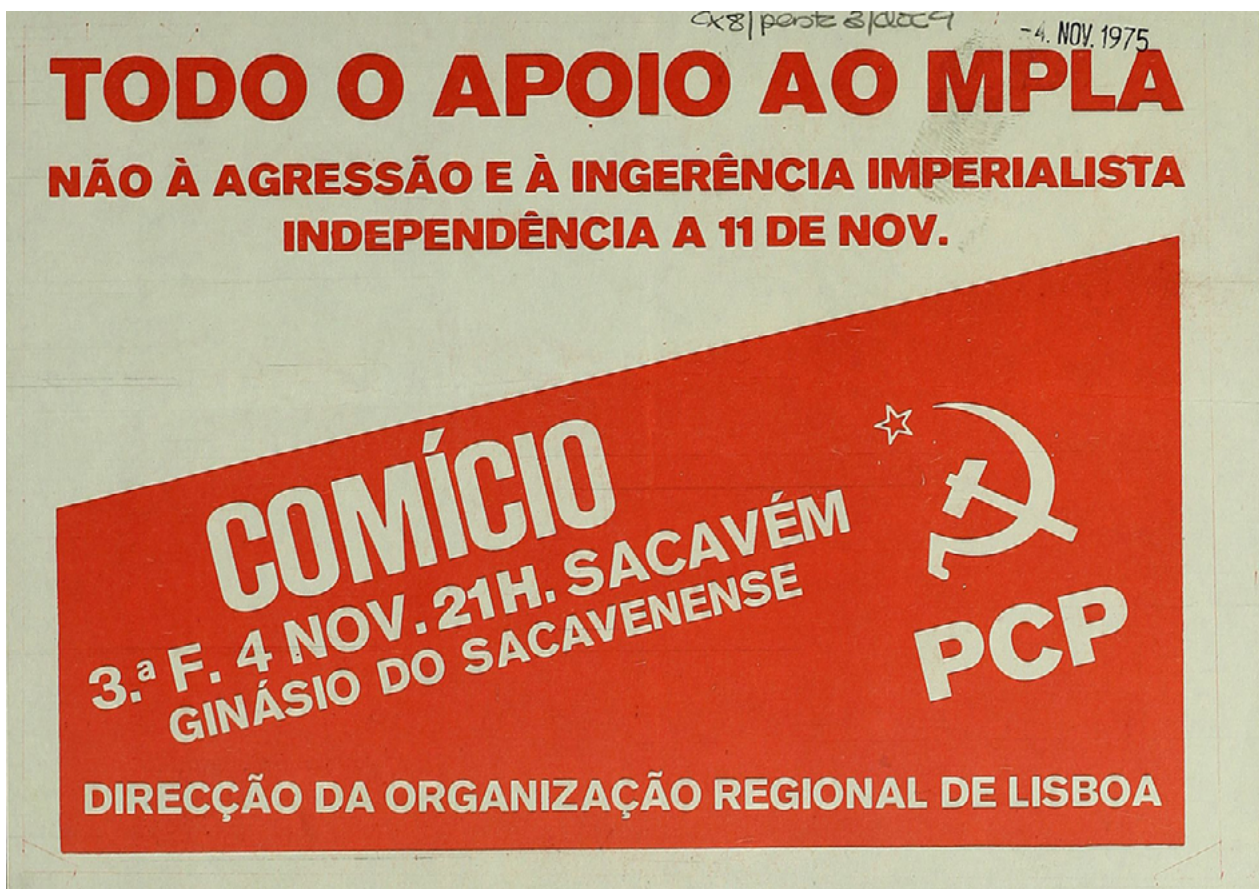
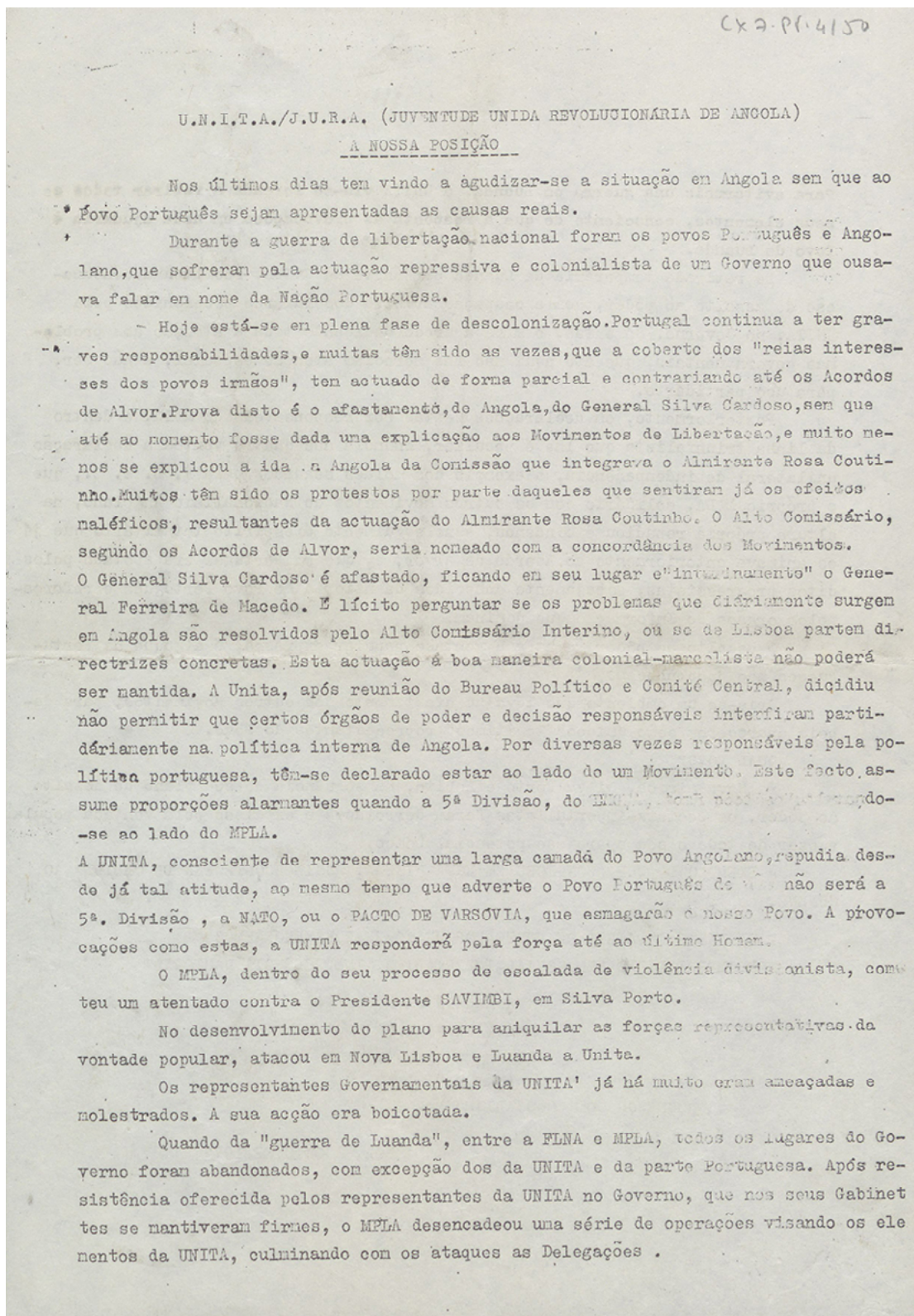


Figura 34 Folheto de divulgação de comício do PCP de apoio ao MPLA, 04-11-1975. PT/AMLSB/NEV/02/0045/008.



**Figura 35** Comunicado da JURA (Juventude Unida Revolucionária de Angola), organização da juventude da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), 31-08-1975. PT/AMLSB/NEV/02/0042/050, p. 1.

## OS "PORTUGUESES REGRESSADOS", "REFUGIADOS", "RETORNADOS" E "IMIGRANTES" DA DESCOLONIZAÇÃO

### AOS PORTUGUESES DAS EX-COLÓNIAS

É chegada a altura de deixarmos as acções impensadas próprias do nosso desespero mas que só os nossos inimigos aproveitam e passarmos às actuações organizadas, pois só essas podem conduzir aos objectivos por nós tidos como justos.

Reconheçamos portanto que nem todo este martirizado e infeliz povo é contra nós. Saibamos então combater o nosso inimigo, aqueles que se dizem libertadores da Pátria e que nos lançaram na morte, no desemprego, na fome e no caos. Saibamos portanto ser dignos não só de nós próprios como também de um garboso passado de oito séculos, que meia dúzia de traidores culmina de desonra e de crimes.

Lembra-te que deixaste atrás de ti muitas centenas de milhares de portugueses em quem reina a incerteza e a angústia, dos que se sentem desamparados por um governo cheio de promessas vazias no sentido prático da realização. Lembra-te que em Angola as crianças os novos e os velhos morrem pela sub-alimentação, pela doença e pelos crimes genocidas cometidos por criminosos a quem os salvadores da Pátria dão o seu aval político. Lembra-te que nem todos tiveram ou terão a tua sorte ao deixares aquele inferno da morte, do ódio e da vingança.

Comparece portanto no Pavilhão dos Desportos no próximo dia 12 pelas 17h. onde serão debatidas as linhas gerais que hão-de reger toda a nossa futura actuação.

Por um membro da comissão ha-doc

*Vasco Montez*

**Figura 36** Folheto de comissão Ad hoc de organização não identificada de ex-colonos portugueses convocando encontro no Pavilhão dos Desportos, 11-10-1975. PT/AMLSB/NEV/02/0044/053.

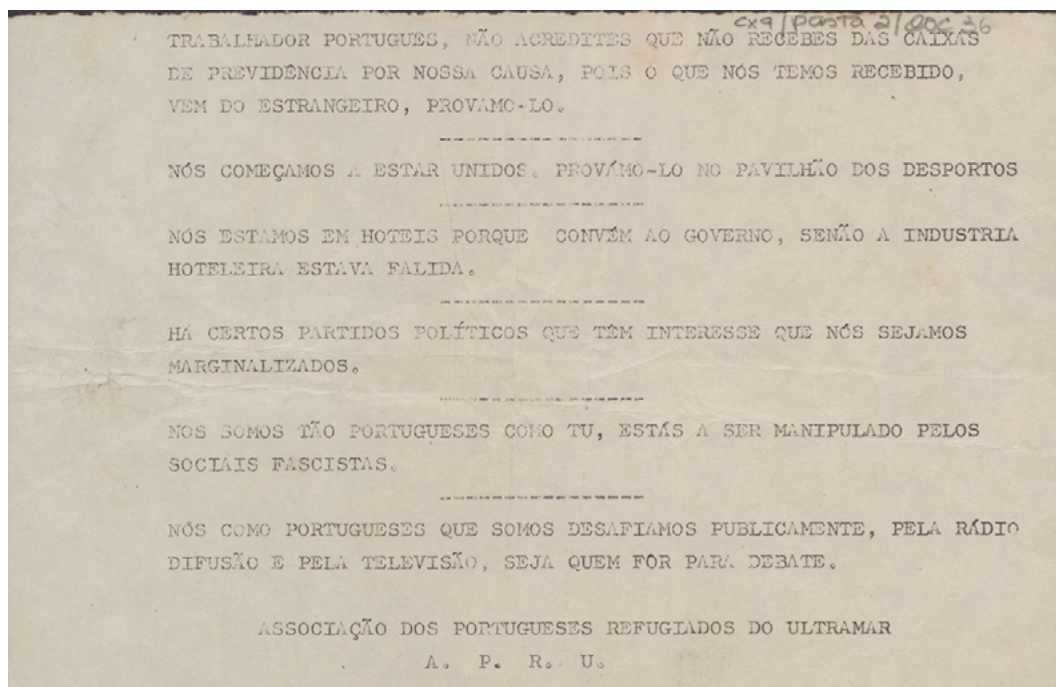


Figura 37 Folheto da Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar, 20-02-1976. PT/AMLSB/NEV/02/0048/030.

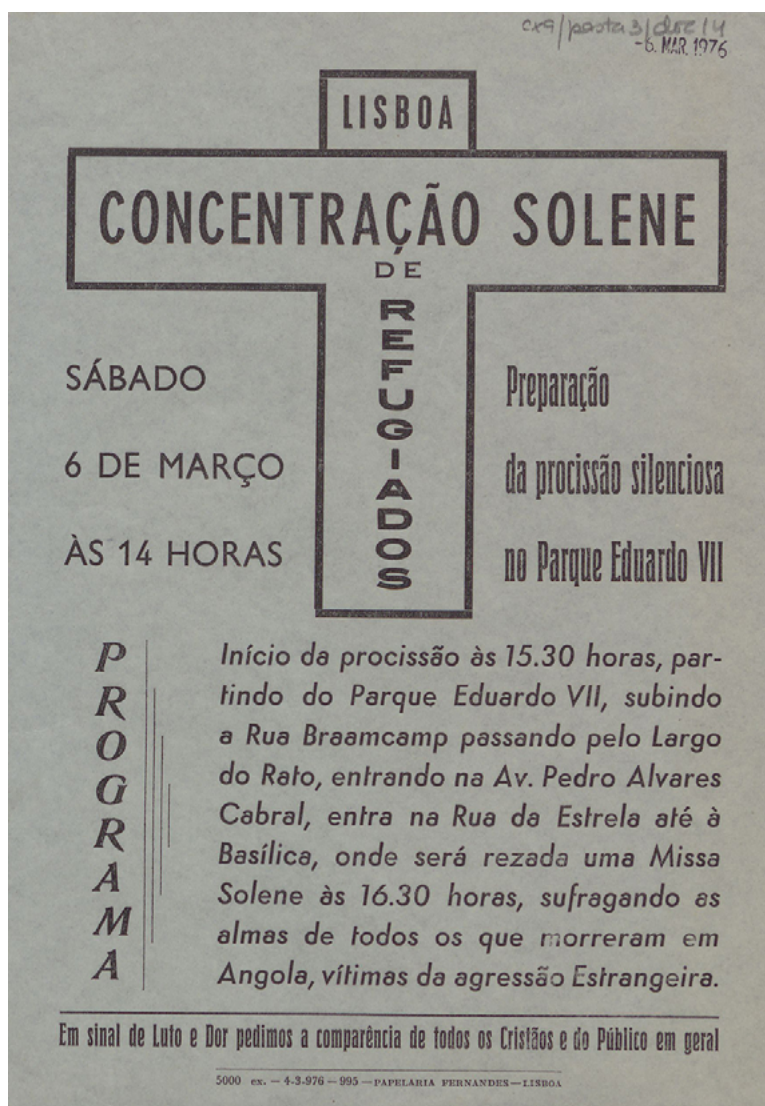


Figura 38 Folheto de divulgação de concentração solene de refugiados pelas almas dos mortos em Angola vítimas da agressão estrangeira, 06-03-1976. PT/AMLSB/NEV/02/0049/008.



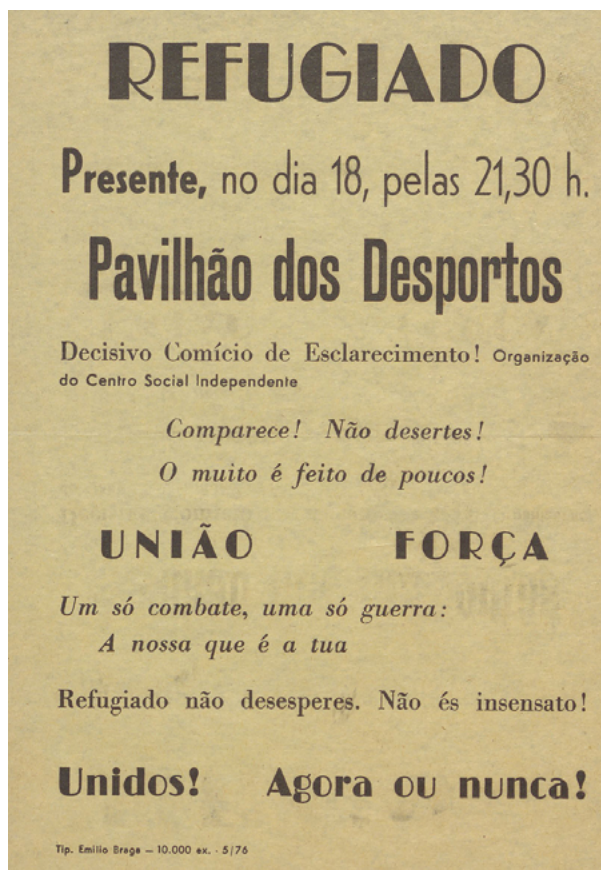


Figura 40 Folheto de divulgação de comício de esclarecimento para os refugiados, 18-05-1976. PT/AMLSB/NEV/02/0052/025.

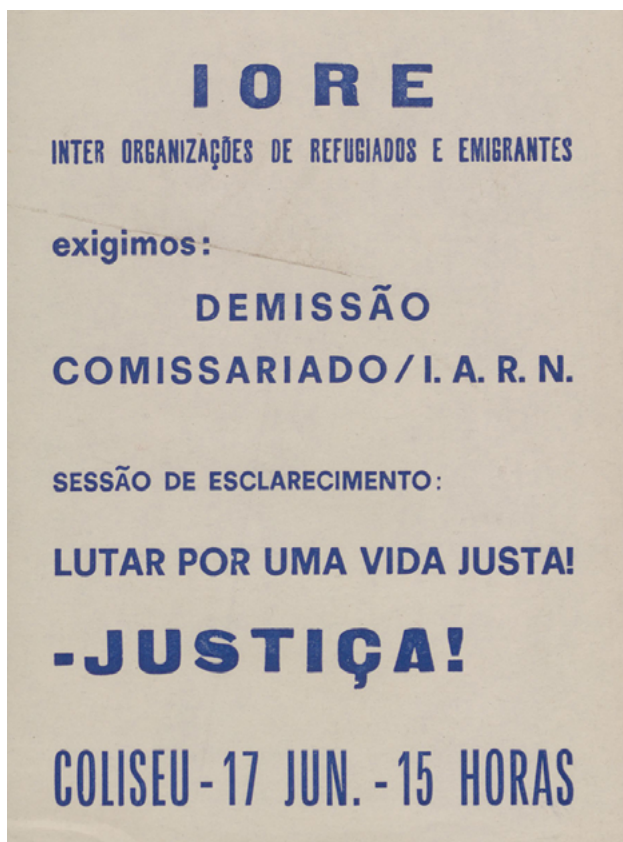
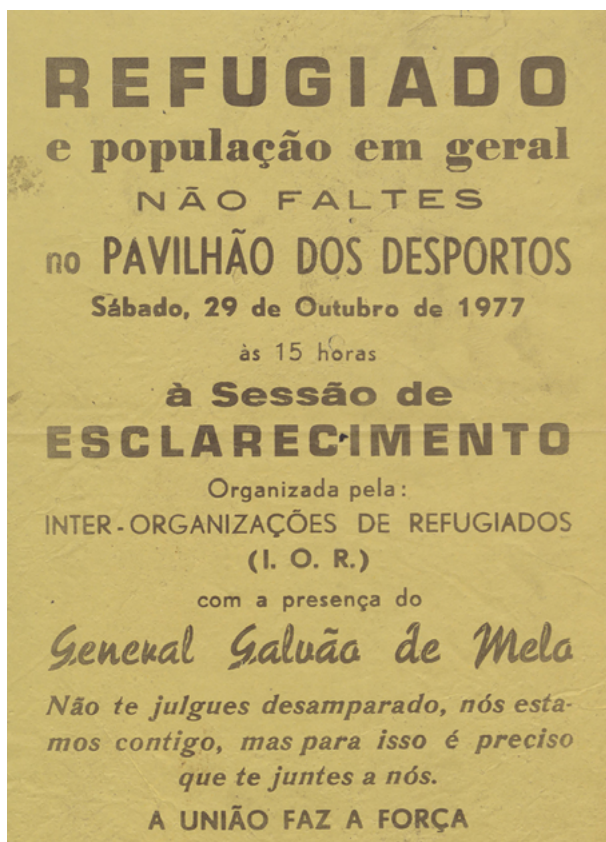

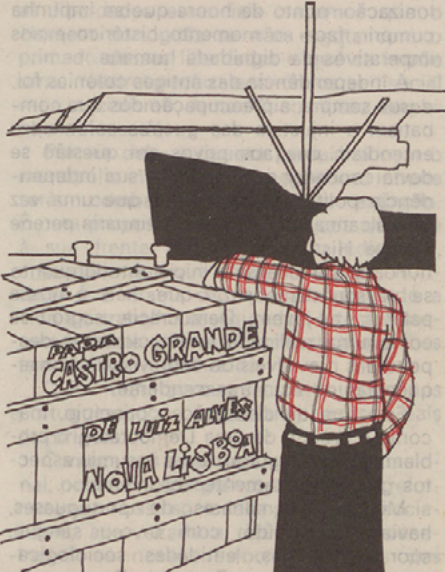


Figura 41 Folhetos da IORE (Inter-Organizações de Refugiados e Emigrantes), 17-06-1978; 29-10-1977. PT/AMLSB/NEV/02/0069/030; PT/AMLSB/NEV/02/0077/048.

cx10/pasta 2/doc 78  
-5. ABR. 1976

## É PRECISO SEPARAR O TRIGO DO JOIO

A REINTEGRAÇÃO  
DOS PORTUGUESES REGRESSADOS



21. ABR. 1976  
cx10/pasta 2/doc 11

## RETORNADOS O FUTURO POSSÍVEL

### QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS

Centenas de milhar de portugueses que deixaram as ex-colónias, sobretudo Moçambique e Angola, vivem hoje, em Portugal, uma situação dramática.

Não é certamente fácil encontrar uma saída concreta, para milhares de famílias que hoje vivem em hotéis, ou junto de familiares que muitas vezes não podem sustentá-los, ou de pequenos arranjos diários, num país com centenas de milhar de desempregados, e em crise económica.

Para encontrá-la é necessário antes de tudo que os portugueses que regressaram das ex-colónias, que viviam do seu trabalho e dos seus familiares compreendam o que se passou, quem são os verdadeiros responsáveis da sua dramática situação, quem são os seus verdadeiros amigos.

É necessário que compreendam, em primeiro lugar, que os responsáveis não são a Revolução de 25 de Abril, nem os comunistas, nem os militares revolucionários.

Os responsáveis são, antes de tudo, o governo fascista de Salazar e Caetano que conduziu Portugal à guerra. Depois, Spínola e outros aliados do imperialismo que conduziram as primeiras fases da descolonização. E finalmente os partidos de direita (PPD, CDS, PPM, PDC) e mesmo o PS, que sabotaram a fase conclusiva da descolonização angolana, lesando assim os interesses de Portugal, dos portugueses residentes nas ex-colónias e dos que para lá querem regressar.

No entanto aumenta cada vez mais o número de retornados que adquire consciência de que o regresso ao passado é impossível e se apercebe que as forças de direita portuguesas que os enganaram estão mais interessadas em lançá-los, como força de choque, contra a democracia, do que em resolver os seus problemas.

Figura 42 Propaganda eleitoral das eleições legislativas, 04-1976. PT/AMLSB/NEV/02/0051/067, p. 1; PT/AMLSB/NEV/02/0051/010, p. 1.



**FRETILIN: DA RESISTÊNCIA ANTI-COLONIAL À LUTA ANTI-IMPERIALISTA**



**Colóquio sobre a Fretilin**  
**2.º f, dia 10 às 15h**  
**Anf. Mineralogia**

# COLÓQUIO sobre a Fretilin

A luta que o povo de Timor-Leste trava pela liberdade e Independência contra o imperialismo, tem merecido a admiração e a solidariedade dos povos do mundo inteiro.

Tem sido uma luta vitoriosa; primeiro aquando do golpe militar da UDT em que o povo de Timor emar mas conduzido pela sua vanguarda revolucionária, a Fretilin, escorraçou os burgueses, os traidores, mais tarde contra a invasão pela Indonésia em que mais u ma vez o povo de Timor respondeu vitoriosamente.

Se estas são vitórias importantes, outras tem conseguido, nomeadamente na agricultura e alfabetização.

Enquanto o povo de Timor demonstra o que quer, reconhecendo a Fretilin como sua vanguarda, o governo português mantém-se impassível negociando e tramando nas costas do povo de Timor, com os imperialistas indonésios, as mais sujas golpaças. Mantem o governo o silêncio cúmplice, enquanto os imperialistas invadem e massacram o povo de Timor.

Compreender a real situação da luta do povo de Timor pela Independência, denunciar as agressões indonésias e a cumplicidade governamental, eis alguns dos pontos que serão referidos no colóquio a realizar 2ª feira pelas 15.30 no Anfiteatro de Mineralogia, com a presença de elementos do CAFFP.


Secção Informativa-Cultural

2ª FEIRA, DIA 10 ÀS 15 H  
NO ANFITEATRO DE MINERALOGIA

**Figura 44** Folheto de divulgação de colóquio sobre a FRETILIN. Refere o conflito armado entre a União Democrática Timorense (UDT) e a FRETILIN, ocorrido em agosto de 1975, que resultou no controlo do poder da FRETILIN, 10-11-1975. PT/AMLSB/NEV/02/0045/048, pp. 1-2.

## SESSÃO CULTURAL

com a presença do  
Comité de Acção da FRETILIN em Lisboa



**6.ª feira - 15h - Sala A**

**Figura 45** Folheto de divulgação de sessão cultural com a presença do Comité de Acção da FRETILIN promovido por estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa com eventual ligação ao MRPP (ver fig. 17), 19-09-1975. PT/AMLSB/NEV/02/0043/044, p. 1.

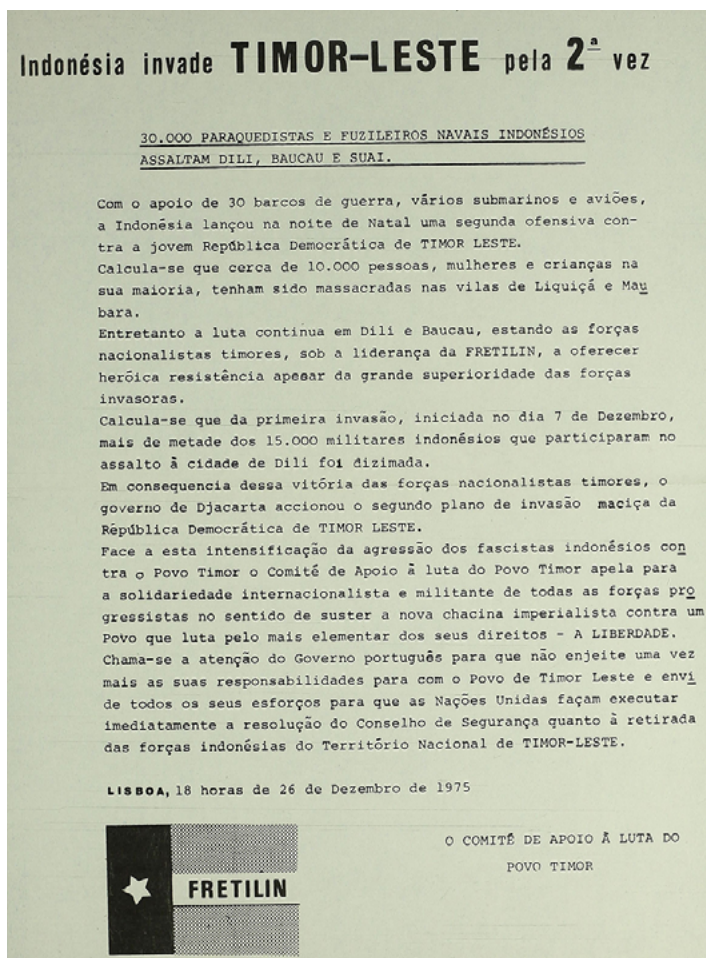


Figura 46 Folheto do Comité de Apoio à Luta do Povo de Timor. Relata a invasão indonésia em 7 de dezembro de 1975, 26-12-1975. PT/AMLSB/NEV/02/0046/039.

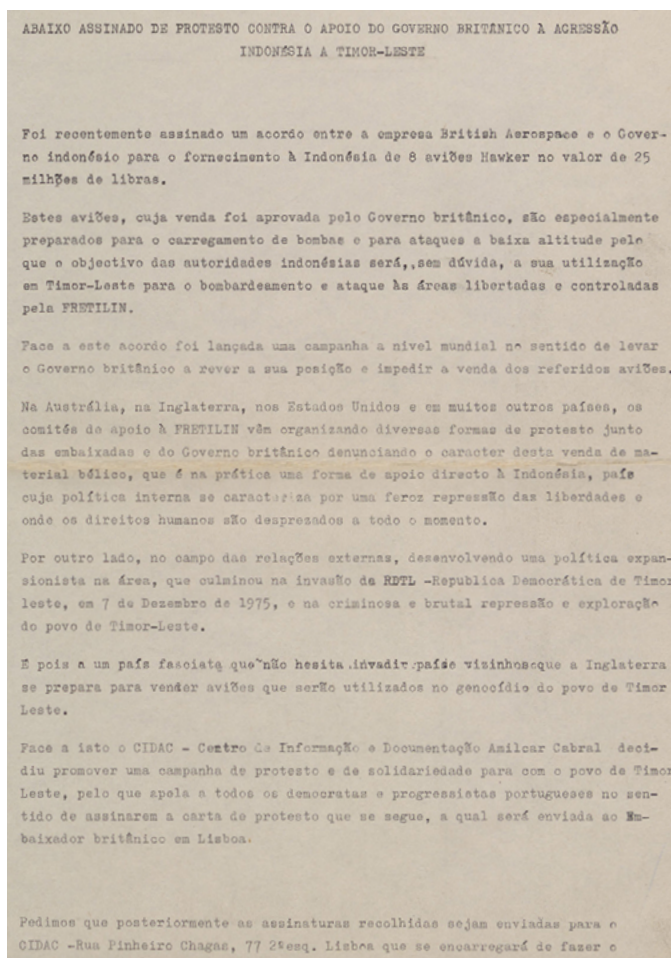
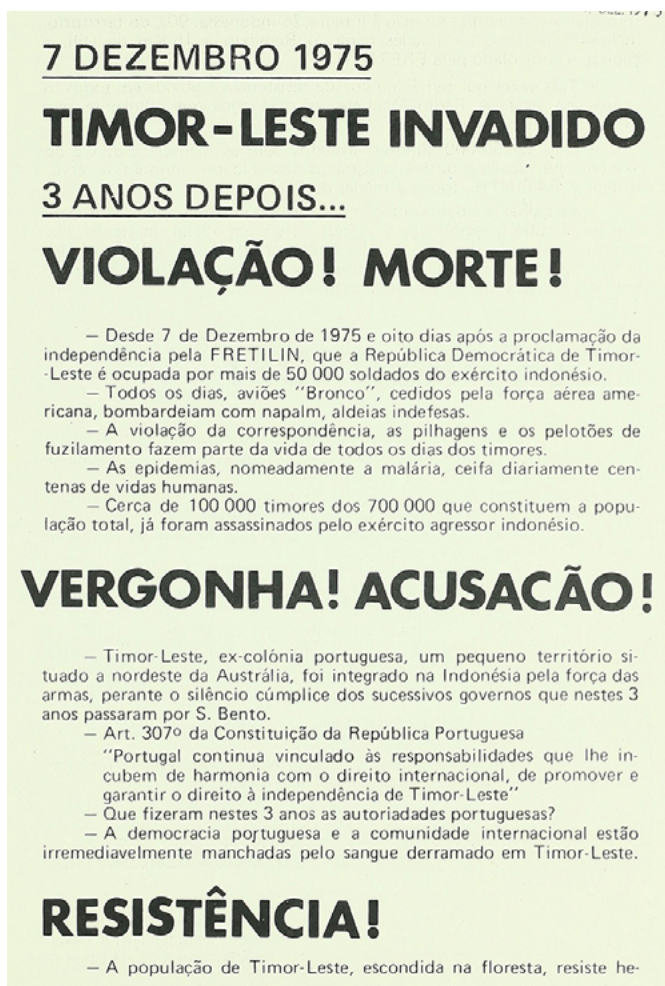


Figura 47 Informação e minuta de abaixo-assinado promovido pelo CIDAC em protesto contra o apoio do governo britânico à agressão indonésia a Timor-Leste, 25-04-1978. PT/AMLSB/NEV/02/0075/081, p. 1.



**Figura 48** Folheto do Comité 28 de Novembro/FRETILIN de divulgação da comemoração do quarto aniversário da fundação da ASDT/FRETILIN organizada pelo CIDAC e o Comité de Apoio à Frente Polisário, 16-05-1978. PT/AMLSB/NEV/02/0076/056, p. 1.



**Figura 49** Folheto da Pró-Associação de Amizade Portugal Timor-Leste assinalando três anos sobre a invasão de Timor-Leste pela Indonésia, 07-12-1978. PT/AMLSB/NEV/02/0083/011, p. 1.

-8. NOV. 1979

PETIÇÃO

Ao Presidente da Assembleia Geral  
da Organização das Nações Unidas

Assunto: TIMOR-LESTE

As organizações e individualidades abaixo indicadas, gravemente preocupadas com a situação criada na sequência da invasão do território de Timor-Leste pela Indonésia,

tendo em mente o Artigo 2; parágrafo 4, da Carta das Nações Unidas, que proíbe aos Estados membros a ameaça ou o uso da força contra a integridade ou a independência nacional de qualquer território,

considerando as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança que afirmam o direito inalienável do povo de Timor-Leste à auto-determinação e à independência e a legitimidade da sua luta pela obtenção de tal direito - de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração acerca da garantia da independência dos Países e Povos Colonizados (resolução 1514 (xv), da Assembleia Geral, de 14 de Dezembro de 1960),

tendo presente a persistente recusa por parte do governo da Indonésia, de cumprir tais resoluções, a sua continuada violação da integridade territorial de Timor-Leste e do direito do seu povo à auto-determinação e à independência, e o recurso sistemático e generalizado por parte dos ocupantes indonésios, à prática de tortura e genocídio, bem como o seu completo desrespeito pelas Convenções de Genebra sobre os direitos humanitários da guerra,

certos de interpretarem os sentimentos mais profundos da opinião pública internacional que por vários modos e por muitas vezes tem exprimido a sua revolta pela impunidade com que um Estado membro se permite cometer sobre um pequeno povo crimes contra a humanidade e contra a paz,

solicitam que essa Assembleia Geral tome medidas enérgicas no sentido de:

- Condenar e Sancionar a Indonésia enquanto potência agressora;
- Empreender todas as medidas, mesmo as mais enérgicas, no sentido de ser respeitado o direito do povo de Timor-Leste à auto-determinação, à independência e à paz.

N O M E	P R O F I S S Ã O	D I S T R I T O

Figura 50 Petição ao presidente da Assembleia Geral da ONU sobre a ocupação indonésia em Timor-Leste, 08-11-1979. PT/AMLSB/NEV/02/0094/018, p. 1.

---

Submissão/submission : 07/05/2025

Aceitação/approval : 17/10/2025

---

Maria Clara Anacleto, Arquivo Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal.

clara.anacleto@cm-lisboa.pt

<https://orcid.org/0009-0003-6837-3567>

---

Raquel Ascensão, Arquivo Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal.

raquel.ascensao@cm-lisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0001-7693-0747>

---

Anacleto, M. C., & Ascensão, R. (2025). Colonialismo vs. Descolonização: A questão colonial na Coleção *Folhetos Políticos* de José Neves Águas (1957-1980). *Cadernos do Arquivo Municipal*, (24), 1-46.

<https://doi.org/10.48751/CAM-2025-24403>

---

Creative Commons CC-BY-NC 4.